

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Felipe Pinheiro Martins de Paiva

“Direito de trabalhar! Trabalhar com direitos!”

Uma reflexão antropológica sobre mobilizações políticas do
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

Belo Horizonte
2019

Felipe Pinheiro Martins de Paiva

“Direito de trabalhar! Trabalhar com direitos!”

Uma reflexão antropológica sobre mobilizações políticas do
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira

Belo Horizonte
2019

Felipe Pinheiro Martins de Paiva

“Direito de trabalhar! Trabalhar com direitos!”

Uma reflexão antropológica sobre mobilizações políticas do
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

Monografia apresentada ao curso de graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira

Belo Horizonte, 03 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Sabrina Deise Finamori
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Essa monografia é resultado de um longo processo de formação intelectual e reflexão pessoal, etapa final de uma vida acadêmica que se iniciou há 13 anos. Essa teimosia de longa data exigiu intenso esforço individual e um trabalho contínuo de motivação por parte daqueles citados nessa página.

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Alexandre e Ângela, por apostarem e investirem na formação educacional e ética de seus filhos, apesar de todas as dificuldades. Serei também eternamente grato pelo apoio de minha companheira, Priscilla, que sempre me incentivou a concluir o ensino superior, sem jamais hesitar em transmitir confiança, paciência e compreensão. Agradeço pela preocupação e, acima de tudo, pelo bom humor dos amigos mais próximos, que certamente estarão soltando foguetes com a notícia da conclusão dessa monografia.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Leandro Oliveira, pelo apoio incondicional em contribuir para minha formação acadêmica, além da irrestrita disponibilidade e presteza em me orientar ao longo de uma intensa e dramática jornada etnográfica. Para além da orientação teórico-metodológica, agradeço pelo apoio psicológico diante dos imponderáveis da pesquisa antropológica.

Aos meus amigos da Petrobrás e do Sindicato, obrigado pela compreensão e torcida pelo fim dessa infundável novela. Agradeço, por fim, às companheiras e companheiros do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), pela confiança e pela oportunidade única de poder compartilhar experiências e reflexões políticas. Espero que esse trabalho possa honrar a história de luta dessas mulheres, que me emocionaram do início ao fim dessa pesquisa.

"Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é em busca da primavera!"

Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

O trabalho tem como objetivo tratar das narrativas de moradoras de uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, organizadas no Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), sobre suas próprias mobilizações políticas. A monografia envolveu o trabalho de campo realizado em três momentos específicos: a marcha do MTD na “Greve Geral”, em abril de 2017; o processo de ocupação de um prédio desocupado por militantes do movimento, a Ocupação Pátria Livre, em setembro de 2017; e a realização de entrevistas com duas militantes do MTD, no contexto das comemorações de um ano da ocupação, em setembro de 2018. A partir das reflexões de estudos de antropologia urbana e da chamada “antropologia *da* política”, os relatos etnográficos e entrevistas foram tratados de maneira a evidenciar visões de mundo sobre a *política* – pensada e vivida nos processos de *luta* por essas mulheres negras, pobres e periféricas. As categorias *família* e *Igreja* se destacaram nas narrativas de Cíntia e Rosângela, militantes do MTD entrevistadas pela pesquisa, revelando o quanto essas dimensões da vida cotidiana estão intrinsecamente relacionadas às suas motivações e concepções políticas.

Palavras-chave: ocupação; etnografia; antropologia da política; política; movimentos sociais; periferia; família.

ABSTRACT

The objective of this work is to deal with the narratives of residents of a poor and peripheral community of Belo Horizonte - Pedreira Prado Lopes - organized in the Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), on their own political mobilizations. The project involved the field work carried out in three specific moments: the MTD's march in the "Greve Geral" in April 2017; the process of occupying a building vacated by activists of that movement, Ocupação Pátria Livre, in September 2017; and interviews with two MTD's militants, in the context of the one-year commemorations of the occupation, in September 2018. From the reflections of urban anthropology studies and the so-called "anthropology of politics", ethnographic reports and interviews were treated in such a way as to show worldviews about politics - thought and lived in the processes of *luta* by these black, poor and peripheral women. The categories *família* and *Igreja* stood out in the narratives of Cíntia and Rosângela, MTD's militants interviewed by the research, revealing how these dimensions of daily life are intrinsically related to their motivations and political conceptions.

Keywords: occupation; ethnography; anthropology of politics; politics; social movements; periphery; family.

LISTA DE ABREVIATURAS

MTD	–	MOVIMENTO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS
MST	–	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
NUAP	–	NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA
FTFBH	–	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DE BELO HORIZONTE
UDC	–	UNIÃO DE DEFESA COLETIVA
DOPS	–	DEPARTAMENTO DE ORDEM E POLÍTICA SOCIAL
UTP	–	UNIÃO DOS TRABALHADORES DE PERIFERIA
PSB	–	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PAC	–	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PT	–	PARTIDO DOS TRABALHADORES
MDB	–	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PSL	–	PARTIDO SOCIAL LIBERAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Etnografia em tempos de crise e resistência políticas	9
Trabalho de campo: Desafios teórico-metodológicos	10
Entrevistas: Em busca de narrativas políticas	14
Sobre a estrutura do trabalho	17
CAPÍTULO 1 – Disciplinando o “Olhar” e o “Ouvir” antropológicos.....	19
1.1 – Antropologias políticas: uma trajetória	19
1.1.1 – Brasil: Uma antropologia <i>da</i> política e <i>na</i> cidade	22
1.2 – Contexto social e antecedentes históricos da luta do MTD.....	25
1.2.1 – A luta na periferia de Belo Horizonte: das organizações de “trabalhadores favelados” aos movimentos de luta por moradia	26
CAPÍTULO 2 – “Ocupar é Resistir”: uma reflexão etnográfica sobre ocupações políticas do MTD	30
2.1 – A luta do MTD: Do Rio Grande do Sul à Pedreira Prado Lopes	30
2.2 – A Marcha do MTD: uma breve e intensa experiência etnográfica.....	31
2.3 – Ocupação Pátria Livre: Um dramático relato etnográfico.....	35
2.3.1 – “Ocupar é Resistir”: sobre o dia seguinte à ocupação	38
2.3.2 – Sobre o desafio de manter viva a ocupação.....	43
CAPÍTULO 3: Narrativas políticas.....	45
3.1 – Um Ano de Ocupação	45
3.2 – Cíntia	48
3.2.1 – Antes e depois de ocupar: a família como prioridade	52
3.3 – Rosângela	62
3.3.1 – Militância Política: Entre a violência do Estado e o refúgio da Igreja	72
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
6. ANEXOS.....	91
Anexo I – Roteiro de perguntas para entrevistas.....	91

INTRODUÇÃO

Etnografia em tempos de crise e resistência políticas

O objetivo dessa pesquisa é tratar das narrativas de moradoras de uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, organizadas no Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), sobre suas próprias mobilizações políticas. Trata-se de, a partir da experiência etnográfica, ter acesso a uma série de percepções desses grupos – mulheres negras, pobres e de periferia – sobre o que entendem e vivem como *política*.

Em consonância com a proposta de Pinheiro-Machado (2017), trata-se de ouvir as vozes de “pessoas comuns” (Pinheiro-Machado, 2017, p.27), especialmente dos setores de baixa renda, comumente relegadas do debate público sobre a atual crise política brasileira. Pensar o “Brasil profundo” diante da atual crise – econômica, política; “multidimensional” (Pinheiro-Machado, 2017, p.21) – é buscar “perceber como transformações sociais afetam drasticamente a vida moral dos sujeitos e como eles respondem a esses processos” (Pinheiro-Machado, 2017, p.21).

O objetivo dessa monografia, entretanto, não é simplesmente ouvir a opinião dessas pessoas sobre o que elas tratam como *política* – as eleições, as relações com a representação política institucional e o Estado, a organização em movimentos sociais e partidos políticos – mas sim perceber como elas refletem sobre esses temas a partir de um contexto de *ação* política concreta – mobilizações, contestações, militâncias, manifestações e ocupações.

Em um momento histórico de resistência pós-golpe, dar protagonismo às vozes comumente silenciadas pelo debate político hegemônico não se refere somente a uma tradição da produção antropológica contemporânea (Pinheiro-Machado, 2017, p.22), mas também a um posicionamento e compromisso político particular. Meu interesse pelo tema da *política*, portanto, está associado a uma trajetória pessoal de militância política, especialmente desde minha entrada na diretoria do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (Sindipetro/MG) em 2014, entidade que já nutre certa proximidade e *confiança política* com o MTD.

Confiança política foi justamente a categoria acionada por lideranças do MTD, de forma a possibilitar minha aproximação com as pessoas e suas práticas no movimento – a princípio,

como sindicalista e, posteriormente, como sindicalista/estudante. Foi por meio do convite de uma das lideranças do movimento, César, que fui chamado a me somar às atividades que seriam protagonizadas pelo MTD nas ações programadas para a “Greve Geral”, em abril de 2017 (Brasil de Fato, 2017), em Belo Horizonte. Naquele momento, decidi por participar daquela manifestação política – uma passeata – não somente como integrante de uma entidade *apoiadora* daquelas causas e bandeiras, mas também como uma oportunidade etnográfica.

Aquela seria, portanto, a minha primeira experiência de campo em busca de respostas para uma pergunta que me intrigava como sindicalista e militante de esquerda: como pessoas comuns, pobres e periféricas, pensam e vivem, no cotidiano e em suas mobilizações, o que elas entendem e definem como *política*? A monografia, portanto, busca se inserir no contexto de pesquisas em torno da chamada “antropologia da política” (Peirano, 1998b, p.6), segundo proposta pelo Núcleo de Antropologia da Política: buscar significados sociais e culturais da política no Brasil “por meio da etnografia de eventos, situações, rituais, dramas e processos sociais estrategicamente escolhidos” (Peirano, 1998b, p.6).

Trata-se, portanto, de utilizar a bagagem histórica da pesquisa antropológica para “construir um olhar compreensivo sobre *nossa política*” (Peirano, 1998b, p.6) – ou seja, o Estado e a política nos contextos contemporâneos, “nos termos em que são pensados e vividos pelas populações nativas” (Peirano, 1998b, p.7). Como reflete Goldman (2006, p.41), não se trata de se aprisionar as visões de mundo daqueles que pretendemos ouvir, mas a partir delas produzir uma “teoria etnográfica” da nossa democracia, capaz de fornecer um arcabouço de conhecimentos que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político (Goldman, 2006, p.29).

Trabalho de campo: Desafios teórico-metodológicos

Essa monografia envolveu o trabalho de campo realizado em três momentos específicos: a **entrada em campo**, com os primeiros contatos com lideranças do movimento sobre a possibilidade da pesquisa e a minha participação na marcha do MTD, em abril de 2017 – a rigor, minha primeira experiência etnográfica com o grupo; meu **segundo momento em campo**, já com a anuência da coordenação municipal do MTD, diante da possibilidade de acompanhar o processo de ocupação de um prédio desocupado por militantes do movimento,

em setembro de 2017 – minha segunda e mais preparada ida a campo; e um **terceiro momento em campo**, em setembro de 2018, no contexto das comemorações de um ano da Ocupação Pátria Livre, fruto da ação do MTD acompanhada por mim em meu segundo campo. Nos três momentos, entretanto, a minha participação foi viabilizada especialmente por minha condição de sindicalista *apoiador*, conforme categorizado por lideranças do movimento.

Especificamente em relação aos dois primeiros momentos em campo, esses envolveram eventos políticos públicos, protagonizados pelo MTD em ações concretas de contestação e enfrentamento à ordem estabelecida. Ambos os eventos podem ser tratados e analisados como rituais – nesse caso específico, políticos –, como propõe Mariza Peirano (2002b), já que partilham dos seguintes elementos: “uma ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com propósito definido, e também uma percepção de que eles são diferentes dos do cotidiano” (Peirano, 2002b, p.4).

As inserções em campo, em especial naqueles envolvendo rituais políticos performatizados por militantes do MTD, foram realizadas segundo os preceitos de uma “ideia-valor” (Oliveira, 1988, p.30) para os antropólogos: a observação-participante. Não se trata, no entanto, de uma proposta metodológica vaga – como se qualquer ida a campo significasse fazer observação-participante (Magnani, 2012, p.175) –, mas de um processo epistemológico de interpretação da cultura do “Outro” baseado na domesticação teórica da nossa percepção e na busca do “encontro etnográfico” (Oliveira, 1988).

Como prevê Roberto Cardoso de Oliveira (1988, p.31), essa vivência e observação “de dentro” devem ser orientadas por dois atos cognitivos devidamente disciplinados pela nossa formação acadêmica: o “Olhar” e o “Ouvir” antropológicos.

A observação participante significa, portanto, muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo. (Goldman, 2006, p.27)

Esperava-se que, “Olhar” e “Ouvir” o que aquelas mulheres faziam e diziam durante suas manifestações políticas – sendo tratadas etnograficamente como rituais –, permitiria que fossem detectados valores e visões de mundo vinculadas ou inferidas pelos atores durante

esses atos performativos (Peirano, 2000, p.11). O que não se esperava, entretanto, é que aquelas experiências etnográficas, intensas e dramáticas, não somente teriam possibilitado uma janela para uma análise antropológica – além disso, como expressa Favret-Saada (2005), elas teriam me “afetado”.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (Favret-Saada, 2005, p.160)

Estar envolvido *in loco* com a ação concreta de militantes do MTD, ocupando com nossos corpos aqueles espaços políticos onde *não deveríamos estar* – do ponto de vista simbólico, mas também do ponto de vista legal –, fez com que eu vivenciasse um ambiente compartilhado de riscos, expectativas e sentimentos. Isso não significa que eu tenha me tornado um “nativo”, mas que vivi aquela experiência compartilhada a minha maneira e pude confrontar/questionar algumas de minhas ideias preconcebidas – sobre política e, claro, sobre antropologia.

Sentir medo da repressão, sentir vontade de largar a pesquisa, sentir culpa por não ter a audácia e a coragem daquelas mulheres, questionar o papel do antropólogo e o trabalho etnográfico – foram intensas aquelas inquietações após o choque proporcionado pelo campo, especialmente em relação ao segundo momento. Esse processo – emocional, mas também político e “epistemológico” (Favret-Saada, 2005, p.160) – promoveu uma depuração de minha pergunta inicial: afinal, *por que elas ocupam?* Por que essas mulheres pobres ocupam politicamente esses espaços com seus corpos, periféricos e negros? Por que(m) elas correm tantos riscos?

Naquele momento da trajetória de minha pesquisa, após vivenciar e me afetar por essas ocupações políticas, havia uma inquietação sobre os rumos de minha pesquisa. Os relatos daqueles eventos, descritos em minhas anotações de campo, davam conta de expor o “feito”, o ato performativo e coletivo, mas não levavam em conta o “dito” por aquelas mulheres – suas visões e expectativas envolvendo aquela ação política, a partir de suas percepções e trajetórias individuais de vida.

Roberto Cardoso de Oliveira (1988, p.19), destacou a importância de uma abordagem integrada e complementar entre o “Olhar” e o “Ouvir” na pesquisa antropológica. Apesar da defesa do antropólogo inglês Alfred Radcliffe-Brown sobre a necessidade de se concentrar atenção na análise dos rituais, Oliveira reflete sobre a necessidade de um “Ouvir” ainda mais atento – a partir de entrevistas com o grupo “nativo” – para ter acesso à percepção desses interlocutores sobre suas próprias ações rituais.

Descrito o ritual, por meio do Olhar e do Ouvir (suas músicas e seus cantos), faltava-lhe a plena compreensão de seu “sentido” para o povo que o realizava e a sua “significação” para o antropólogo que o observava em toda sua exterioridade. Por isso, a obtenção de explicações, dada pelos próprios membros da comunidade investigada, permitiria se chegar àquilo que os antropólogos chamam de “modelo nativo”, matéria-prima para o entendimento antropológico. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio da “entrevista”, portanto, de um Ouvir todo especial. Mas, para isso, há de se saber Ouvir. (Oliveira, 1988, p.19)

Se parece claro que seria uma pretensão desmedida buscar respostas para uma pergunta tão ampla – *por que elas ocupam?* –, ouvir o que algumas dessas mulheres teriam a dizer sobre sua trajetória de mobilizações e militância política, em função de suas próprias categorias de análise, poderia nos dar acesso às narrativas dessas pessoas sobre o que eles tratam e entendem como *política*. Trata-se, para além de uma preocupação teórica-metodológica, de um compromisso político com a construção de um texto que permita explicitar as diversas vozes e sujeitos presentes no processo etnográfico, como discute Teresa Pires do Rio Caldeira sobre a crítica pós-moderna:

Nesta situação, tudo o que o antropólogo pode fazer em seus textos é inscrever processos de comunicação em que ele é apenas uma das muitas vozes. As vozes são todas equiparadas: o que se representa são sujeitos individuais e não papéis sociais — dos quais um poderia ser o do antropólogo. Assim, o etnógrafo pode evocar, sugerir, provocar, ironizar, mas não descrever culturas. Finalmente chega-se ao lado oposto da etnografia clássica: o autor não se esconde para afirmar sua autoridade científica, mas se mostra para dispersar sua autoridade; não analisa, apenas sugere e provoca. (Caldeira, 1988, p.142)

Passado o vendaval de afetos possibilitados pela experiência revolucionária de etnografar aquelas ocupações políticas, era momento de “Ouvir” essas bravas guerreiras, envolvidas em sua *luta* diária por direitos, sobre o que elas tinham a dizer sobre tudo aquilo. Após meses de

ausência, diante da dificuldade em conciliar a pesquisa acadêmica com minha vida laboral, tive a oportunidade de retomar o contato com lideranças do MTD na festa de celebração de um ano da Ocupação Pátria Livre. Sob as nuvens cinzentas de um novo e imprevisível contexto político nacional – as eleições de 2018 e a ascensão de Jair Bolsonaro – entrevistei duas militantes do MTD e moradoras da Pedreira Prado Lopes, Cíntia e Rosângela, partindo de suas memórias e balanços sobre o último ano, além das suas expectativas para o próximo período.

Entrevistas: Em busca de narrativas políticas

E acaba o que, ela querendo se fixar ali no MTD, porque ela sabe que ali não tem só pessoas pra falar da política, pra falar que ah, política, o presidente, o governo, o estado, não, ela tá ali também pra ser família. E é o que eu vejo do MTD, que eles são pessoas que a todo tempo tão com você, não há nada que a gente assim, só se for uma coisa bem impossível mesmo que depois dessa ocupação, eu não vejo nada de impossível pra eles. (Cíntia, setembro de 2018)

As entrevistas realizadas com duas moradoras da Pedreira Prado Lopes, Cíntia e Rosângela, foram conduzidas de forma a ouvir as trajetórias de cada uma delas sobre um contexto específico: suas mobilizações políticas em uma comunidade periférica, organizadas pelo MTD. Essas conversas buscaram captar as narrativas dessas mulheres negras e pobres sobre como se construiu a relação delas com o movimento social, desde as primeiras aproximações até a realização de ações concretas de maior relevância – passeatas, mobilizações, ocupações. Não se pretende, porém, buscar o ponto de vista de um “nativo” genérico – como propõe Goldman (2006, p.24), tratam-se de narrativas relativas a “pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade.”

A partir de nomes sugeridos pela coordenação municipal do MTD, tive a oportunidade de entrevistar duas militantes de perfis bem diferentes – uma delas, Cíntia, se envolveu na militância política mais recentemente, é moradora da Pedreira Prado Lopes e atualmente é ocupante da ocupação Pátria Livre; a outra, Rosângela, tem uma longa trajetória de liderança e ativismo social na mesma comunidade, anterior à consolidação do MTD no bairro, e, apesar de ter participado do processo de ocupação do prédio desocupado, segue morando em outro imóvel alugado. A princípio, também seriam entrevistados a coordenadora da ocupação e um integrante da coordenação municipal do MTD, no entanto, diante das dificuldades de agenda e

dos prazos para a conclusão dessa pesquisa, essas entrevistas não foram realizadas.

As entrevistas foram semi-estruturadas, de maneira a garantir um ambiente mais flexível, menos hostil e mais confortável às minhas interlocutoras, permitindo que a construção de narrativas por elas fossem o real fio condutor daquela conversa. Essa preocupação com um ambiente de conversa mais amigável também se devia a falta, até aquele momento, de uma familiaridade entre nós, diferente daquela já desenvolvida com lideranças da coordenação municipal do MTD.

O contato com militantes do MTD explicitou certa distância – cultural, política, social; etnográfica – entre o antropólogo e seus interlocutores, gerando reflexões teóricas e éticas quanto ao trabalho etnográfico, quando não envolvendo “saías justas” ao longo da pesquisa. Como Gilberto Velho previa, mesmo em contextos urbanos e envolvendo grupos próximos ao antropólogo, há distâncias culturais nítidas (1980, p.16) – embora compartilhem certos patrimônios culturais, o antropólogo ressalta a possibilidade de descontinuidades, contradições e divergências internas, diante de trajetórias, experiências e vivências heterogêneas (Velho, 1980, p.16).

A atuação do antropólogo no contexto dessa pesquisa, portanto, está relacionado a um duplo movimento de “estranhamento e identificação” (Gomes & Menezes, 2008, p.4). Em alguns momentos, a distância entre meus interlocutores se encurtou, especialmente pela condição de sindicalista e militante de esquerda, *apoiador* do MTD; em outros, entretanto, essa distância se alongou, seja pelas diferenças de condições socioeconômicas, seja pela questão de gênero. Percebe-se, então, que as distâncias culturais percebidas em campo não são nem intransponíveis, nem fixas, já que as identidades envolvidas são “múltiplas, negociáveis, ambíguas” (Gomes & Menezes, 2008, p.19).

Mesmo em situações em que as distâncias estavam encurtadas, diante da proximidade como *apoiador* do MTD, havia um constante receio em expor divergências políticas e conflitos internos, além de informações estratégicas ou sigilosas para o movimento, justamente por haver compromissos éticos prévios, estabelecidos por uma relação de *confiança política*. Os sentimentos gerados por essa relação ambígua em campo, como defendem Gomes e Menezes (2008), devem integrar o material de reflexão do antropólogo (2008, p.17).

Num mundo marcado por uma divisão clara entre os *de dentro* e aqueles *de fora* da Pedreira – categorias utilizadas pelas entrevistadas –, não há (suposta) neutralidade científica capaz de encobrir o fato de que este estudante – por mais que sindicalista, negro, de esquerda – também seja *de fora*. Para Alba Zaluar (1986), nessa arena de trocas políticas entre pesquisador e grupo pesquisado para que seja possibilitada a pesquisa etnográfica, está exposta uma desigualdade de poder entre as partes:

Mesmo próximo ou íntimo, ele é um interlocutor que não faz parte do grupo e, no limite, continua a ser identificado com o mundo dos poderosos, dos cultos, dos ricos, dos brancos, etc., mesmo que de forma sutil e matizada pela amizade construída no relacionamento diário. (Zaluar, 1986, p.123)

Isso não quer dizer, entretanto, que nossos interlocutores estivessem passivos ou ingênuos nesse jogo desigual de poder envolvendo a pesquisa antropológica (Zaluar, 1986, p.123) – há espaços para negociações e agências em torno da construção de alianças que possam ser positivas para o movimento. No caso dessa monografia, além do registro documental de memórias e mobilizações do MTD, o desenvolvimento da pesquisa acadêmica também é extensão de uma relação de reciprocidades políticas entre o movimento e a entidade a que pertencem: o Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais.

As entrevistas com Cíntia e Rosângela duraram cerca de uma hora e vinte minutos – cada uma –, registradas por meio de um gravador de áudio, previamente autorizado pelas entrevistadas. Ao longo do texto, expressões e categorias nativas estarão escritas em itálico e serão utilizados pseudônimos para denominar pessoas presentes nessas entrevistas e nos relatos etnográficos – a não ser por figuras declaradamente públicas, como aqueles que ocupam ou já ocuparam cargos nas esferas do poder legislativo e executivo.

Conforme propõe Fonseca (2010), a opção pelo anonimato de interlocutores da pesquisa está associada a um compromisso do antropólogo de assumir sua responsabilidade autoral perante as pessoas que contribuíram no trabalho, assim como se relaciona a uma concepção específica de antropologia:

O uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a “realidade bruta” (e nem por isso consideramos a antropologia uma ciência “menor”). O nosso objetivo, sendo aquele mais coerente com o método etnográfico, é fazer/desfazer a oposição entre eu e o outro, construir/desconstruir a dicotomia exótico-familiar, e, para alcançar essa meta, a mediação do antropólogo é fundamental. (Fonseca, 2010, p.49)

As narrativas construídas por essas mulheres e transcritas nas entrevistas não se limitaram a restaurar imagens e memórias de uma trajetória pessoal de *lutas* – em especial em relação à consolidação da ocupação Pátria Livre – mas também promoveram o acesso a uma série de visões sobre o mundo em que vivem. Essas percepções expressas nas falas de Cíntia e Rosângela estão associadas a categorias nativas que são acionadas em suas teorizações sobre o que entendem e vivem como *política*. A construção dessas racionalidades políticas, entretanto, perpassa as mais diversas dimensões na vida cotidiana, com destaque para dois elementos: a *família* e a *Igreja*.

Diante da complexidade e heterogeneidade dessas narrativas políticas, parece óbvio que esse trabalho não pretende alcançar conclusões sobre o comportamento e o pensamento político de classes populares do nosso país. O objetivo desse trabalho, portanto, limita-se a promover uma reflexão etnográfica sobre as visões de mundo de indivíduos específicos, vivenciando mobilizações concretas e acionando categorias de análise próprias para compreender e teorizar sobre o que entendem e vivem como *política*.

Sobre a estrutura do trabalho

No Capítulo 1 dessa monografia, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o empreendimento da antropologia em pensar as dimensões políticas da vida social, de maneira a refletir sobre como a disciplina debateu o tema ao longo da história do pensamento antropológico. Destacada a trajetória antropológica brasileira, o tema da política se entrelaça com os debates da Antropologia Urbana, especialmente em relação aos estudos sobre populações de periferias e o desenvolvimento dos novos movimentos sociais em contextos urbanos.

O Capítulo 2 tratará de dois relatos etnográficos referentes a eventos públicos protagonizados por militantes organizadas no MTD: a marcha do movimento em meio aos protestos da “Greve Geral”, em abril de 2017; e a ocupação de um prédio abandonado na Pedreira Prado Lopes, em setembro do mesmo ano. A descrição desses rituais políticos, tão intensos e dramáticos para esse aprendiz de antropólogo, é desenvolvida a partir de um processo de diálogo e reflexão com a literatura antropológica – ao ser “afetado” (Favret-Saada, 2005) pela experiência etnográfica, retomei debates teóricos não somente associados à temática da política, mas também relacionados à etnografia em si.

A descrição sobre esses dois relatos etnográficos será precedida de uma breve descrição do contexto social envolvendo a Pedreira Prado Lopes e seus moradores. Nesse sentido, também será feita uma caracterização do histórico da mobilização popular em Belo Horizonte, especificamente aquelas envolvendo populações periféricas, e da consolidação do MTD como movimento nacional na luta por direitos em camadas populares.

No capítulo 3, o trabalho refletirá sobre as narrativas construídas por duas militantes do MTD em relação à *luta* vivenciada por elas na Pedreira Prado Lopes, conforme entrevistas individuais realizadas depois de completado um ano da ocupação Pátria Livre. Trechos dessas conversas foram organizados segundo categorias e temáticas utilizadas por Cíntia e Rosângela para rememorar e teorizar sobre a política vivida: os desafios da mobilização e organização de base na periferia, a construção e consolidação da ocupação, a convivência com o abuso e a violência estatal, o debate e as expectativas sobre as eleições, etc. Por fim, o trabalho propõe algumas considerações finais, que não tem a pretensão de gerar conclusões sobre o tema, mas sim levantar certas reflexões em relação ao processo de construção dessa pesquisa.

O trabalho, portanto, estrutura-se de maneira a: primeiro, no Capítulo 1, disciplinar a percepção do antropólogo conforme a trajetória do pensamento antropológico em pensar a temática da *política* – e, num olhar mais restrito, sobre as representações e práticas políticas de camadas pobres em periferias urbanas brasileiras – e o contexto social e histórico da luta periférica em Belo Horizonte; a seguir, no Capítulo 2, descrever e refletir sobre dois marcantes momentos do trabalho de campo, em diálogo com os debates acadêmicos tratados no Capítulo 1; de forma complementar ao Capítulo 2, realizar entrevistas no Capítulo 3 com duas militantes e participantes dessas mobilizações, de maneira a ouvir suas próprias percepções

políticas e refletir sobre seus discursos, também em diálogo com as referências bibliográficas desse trabalho; e, finalmente, consolidar o texto nas Considerações Finais, retomando reflexões realizadas ao longo do texto.

CAPÍTULO 1 – Disciplinando o “Olhar” e o “Ouvir” antropológicos

1.1 – Antropologias políticas: uma trajetória

O empreendimento intelectual – e político – da Antropologia em pensar as dimensões políticas da vida social se deu desde os primórdios da história do pensamento antropológico, especialmente em torno de um velho e importante tema para as Ciências Sociais: a questão do poder (Peirano, 1998b, p.7). Kuschnir (2007a; 2007b), Peirano (1998b) e Vincent (1996) traçaram o que seria uma revisão histórica da relação da Antropologia com a temática política, onde as avaliações convergem para uma divisão em três fases marcantes para a disciplina: a evolucionista, a estrutural-funcionalista britânica e a pós-moderna.

Em um primeiro momento, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a tradição evolucionista já se preocupava com os sistemas de poder em sociedades *sem* Estado. Os dados levantados por etnólogos, missionários, viajantes e administradores coloniais deveriam ser analisados, classificados e comparados conforme a régua evolucionista: selvageria, barbárie e civilização. Nesse período, no entanto, a política não se enquadrava como elemento central de interesse da Antropologia, assim como não era reconhecida como subcampo da disciplina (Kuschnir, 2007b, p.163).

O contexto colonial anglo-africano, entretanto, trouxe novos desafios para a administração das metrópoles europeias e, conseqüentemente, para uma antropologia fomentada e a serviço dessas nações (Vincent, 1996, p.5). Para além do dualismo entre sociedades *com* e *sem* Estado, a escola funcional-estruturalista britânica foi confrontada com grupos “primitivos” que se caracterizavam por grandes estados centralizados, sem a presença de um sistema político formal. Neste período, especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, consolidava-se institucionalmente o campo da chamada “antropologia política” (Kuschnir, 2007b, p.164).

Na ausência do Estado, os antropólogos britânicos buscavam compreender como se dava a organização social desses povos, garantindo a manutenção de hierarquias e coesão entre

grupos e indivíduos. A “Teoria dos Sistemas”, desenvolvida especialmente pelas obras de Radcliffe-Brown, Meyer-Fortes e Evans-Pritchard (Kuschnir, 2007b, p.164), previa que outras instituições sociais assumiriam a função de garantia do equilíbrio social (Peirano, 1998b, p.7). A monografia sobre o sistema político Nuer, publicada por Evans-Pritchard em 1940, caracteriza-se como um marco dessa escola do pensamento antropológico, justamente por mostrar como a política não se revelava pelo surgimento de uma instituição central, mas sim pela existência de um equilíbrio estrutural sustentado por relações sociais de parentesco (Kuschnir, 2007a, p.8).

A abordagem *sistêmica* do estrutural-funcionalismo ofereceu um modelo para o estudo comparativo de sistemas políticos (Vincent, 1996, p.5), trazendo o tema para o centro do debate antropológico. No entanto, novos trabalhos envolvendo contextos africanos nas décadas seguintes (1950 e 1960) – como aqueles realizados por Edmund Leach, Victor Turner e pela chamada Escola de Manchester (Vincent, 1996, p.6) – trouxeram críticas e novas problematizações para o campo da chamada antropologia política.

Em *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, de 1954, Leach criticava a noção de sociedades em equilíbrio contínuo nos estudos sobre sistemas políticos africanos. Naquele contexto colonial, as sociedades se apresentavam como permanentemente instáveis, vivenciando intensos processos de transformação, conflito e mudanças (Kuschnir, 2007a, p.9). A antropologia deveria, portanto, atentar-se para o contexto histórico envolto à realidade etnográfica, assim como para as dimensões individuais da disputa por poder.

O olhar antropológico para além das instituições sociais, com foco nas contradições em um contexto de declínio do projeto colonial europeu, tensionou o campo da *antropologia política* britânica para a abordagem *processualista* (Peirano, 1998b, p.7). Em uma realidade etnográfica de transformações velozes, as relações de poder eram vistas como *processos* que se desenvolveriam nas interações sociais concretas e cotidianas. O indivíduo, no entanto, é visto como agente ativo nesses processos, assim como o método de observação e análise se desloca para aspectos “micro, localizados e intersticiais” da vida social: situações, conflitos, dramas e rituais (Vincent, 1996, p.6; Peirano, 1998b, p.7; Kuschnir, 2007a, p.10; Fry, 2011, p.6).

Antropólogos associados à chamada Escola de Manchester desenvolveram uma importante bibliografia envolvendo essas novas perspectivas, atuando na África Central em meio a um efervescente momento político entre as décadas de 1940 e 1960. Em um contexto de processos de independência de regiões colonizadas e um ambiente de enorme segregação racial (Fry, 2011, p.4), Max Gluckman desenvolve uma importante ferramenta metodológica baseada na noção de situação social. Abordagens como a análise situacional promoveram um deslocamento do olhar antropológico sobre a política: retira da esfera dos sistemas e instituições e projeta sobre as interações sociais concretas (Peirano, 1998b, p.7).

Assim como Gluckman, os antropólogos que atuaram em contextos de profunda mudança social na África Central não só se envolveram com uma intensa e importante produção antropológica, como também se posicionaram politicamente e se engajaram contra um regime colonialista e racista (Fry, 2011, p.4). As problematizações trazidas pelos processualistas, intensificadas pelas propostas metodológicas e pela explícita militância política dos pesquisadores da Escola de Manchester, antecipavam uma nova fase da antropologia política a partir dos anos 1960.

Propondo uma relativização ainda mais radical da noção de política, o antropólogo francês Pierre Clastres, autor de “A Sociedade Contra o Estado” (1974), trata da possibilidade do poder político ser exercido de forma não coercitiva (Kuschnir, 2007a, p.10). Em seus estudos em sociedades ameríndias, Clastres destaca um poder político que serve ao coletivo e à busca pela perpetuação do caráter igualitário das relações sociais de um grupo. No limite, essas sociedades dadas como primitivas lutavam contra o surgimento do Estado.

A partir da década de 1960, a pulverização teórica e metodológica das Ciências Sociais, assim como a diversificação dos campos de estudo, dá-se em um contexto de intensa crítica aos velhos postulados da produção científica hegemônica, associados ao colonialismo e ao imperialismo (Vincent, 1996, p.8). Paradoxalmente, ao passo que o pensamento antropológico se tornava cada vez mais politizado, a ideia de uma subcategoria específica como a antropologia política parecia não fazer mais sentido para a crítica pós-moderna – “tudo se tornou político” (Thomassen, 2008, p.2).

Movimentos políticos transglobais em torno de vozes antes silenciadas – estudos subalternos do sul-asiático, estudos negros e estudos feministas (Vincent, 1996, p.9) – trouxeram novas

problematizações a conceitos dados como universais, como “raça”, “cultura”, “classe” e, inclusive, “poder”. A desconstrução e o questionamento quanto a certos universalismos são centrais para o debate “pós-colonial” (Ballestrin, 2013, p.90), já que esses conceitos reproduziram uma lógica colonial ao naturalizar ou essencializar opressões e desigualdades (Ballestrin, 2013, p.109).

No contexto pós-colonial, a crítica política e epistemológica não se limitou a rever bibliografias clássicas e categorias tradicionais das Ciências Sociais, mas também a questionar as relações de poder em torno da produção acadêmica. Na América Latina, o “giro decolonial” (Ballestrin, 2013, p.89) se destaca como uma alternativa intelectual, epistêmica e política à chamada “colonialidade do poder” – por mais que o colonialismo tenha entrado em declínio, as relações de colonialidade nas esferas econômica e política, assim como na produção de conhecimento, não deixaram de existir (Ballestrin, 2013, p.99).

A produção antropológica “pós-colonial” não só rediscutiu os sentidos da política, no sentido amplo, como promoveu uma releitura etnográfica do que entendemos como Estado. Diante de contextos etnográficos marcados cada vez mais pela atuação/influência de aparatos estatais, burocracias e mercados globais, a Antropologia – historicamente associada às sociedades *sem* Estado – envolveu-se em investigações *no* e *do* Estado (2008, p.6). Em consonância com essas novas abordagens, as antropólogas indianas Das e Poole (2008) propõem uma etnografia do Estado a partir de suas “margens” sociais e territoriais, e não da imagem consolidada de uma estrutura administrativa e racional de organização política (Das & Poole, 2008, p.4) – ou seja, um olhar deslocado de lugares os quais se espera que o poder resida.

1.1.1 – Brasil: Uma antropologia *da* política e *na* cidade

O processo de redemocratização do Brasil, após um longo período sob um regime militar, redespertou o interesse de antropólogos brasileiros às dimensões políticas da vida social (Kuschnir, 2007a, p.18), especialmente em contextos etnográficos envolvendo eleições democráticas. O Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), criado na década de 1990, representou um importante centro de institucionalização desse campo de estudos no Brasil (Kuschnir, 2007a, p.18), envolvendo uma rede de pesquisadores em torno da chamada antropologia *da* política.

A abordagem proposta pelo NuAP prevê a busca por significados sociais e culturais da política no Brasil “por meio da etnografia de eventos, situações, rituais, dramas e processos sociais estrategicamente escolhidos” (Peirano, 1998b, p.6). Trata-se, portanto, de utilizar a bagagem histórica da pesquisa antropológica para “construir um olhar compreensivo sobre *nossa política*” (Peirano, 1998b, p.6) – ou seja, o Estado e a política nos contextos contemporâneos, “nos termos em que são pensados e vividos pelas populações nativas” (Peirano, 1998b, p.7).

Diferente das abordagens clássicas da antropologia política, “o foco da análise está centrado nas interseções entre o que, do ponto de vista nativo, é conceitualizado como política, e o que é tido como da ordem de outros domínios da vida social e cultural” (Peirano, 1998b, p.6). Conforme reflete Goldman (2006, p.41), não se trata de se aprisionar às visões de mundo daqueles que pretendemos ouvir, mas a partir delas produzir uma “teoria etnográfica” da nossa democracia, capaz de fornecer um arcabouço de conhecimentos que permita uma melhor compreensão de nosso próprio sistema político (Goldman, 2006, p.29).

A trajetória da Antropologia Brasileira sobre o campo da *política*, entretanto, se entrelaça ao histórico de debates da chamada “antropologia urbana” no Brasil (Rocha & Eckert, 2013). Segundo a avaliação das antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2013), ao tratarmos sobre o desenvolvimento da pesquisa antropológica em contextos urbanos no Brasil, os temas da cidade e da política sempre estiveram estritamente relacionados. Ao longo da primeira metade do século XX, sob a influência teórica e metodológica da Escola de Chicago e diante de um intenso processo de urbanização da sociedade brasileira, estrutura-se o que viria a ser a Antropologia Urbana brasileira (Rocha & Eckert, 2013, p.20). Desde esse período, já se identificavam problemas sociais tipicamente urbanos – marginalização, favelização, empobrecimento, segregação e discriminação.

No início da segunda metade do século XX, destacam-se os trabalhos de Eunice Durham e Ruth Cardoso (Rocha & Eckert, 2013, p.21), que visavam pensar para além da dicotomia entre meio rural e meio urbano. A ênfase se daria, portanto, no “processo em transformação, na interrelação desses dois mundos em suas crises, nos conflitos e discontinuidades” (Rocha & Eckert, 2013, p.22). Nesse contexto, o olhar antropológico passa a se preocupar em pesquisas que envolvam grupos socialmente oprimidos e marginalizados, assim como suas organizações políticas.

Diante da consolidação de um regime militar a partir do golpe de 1964 e da intensificação da repressão sobre partidos, sindicatos e demais organizações populares, entretanto, um novo ator político emerge na sociedade brasileira: os moradores e suas associações:

São os habitantes da cidade com reivindicações por melhores condições de vida e equipamentos urbanos, num novo cenário – não mais os pátios das fábricas e sim os bairros da periferia (*apud* Durham, 1982; Magnani, 1992). O foco tanto da atuação política como do interesse acadêmico passava do militante ao morador; do partido e do sindicato para a cidade e, nesta, para a periferia, sua porção mais carente e desassistida, em comparação com as áreas centrais. (Magnani, 2009, p.130)

Na década de 1980, num contexto histórico de redemocratização do país, de emergência de movimentos sociais e partidos políticos, ocorre o que Eckert e Rocha chamam de “politização” da antropologia urbana (2013, p.23). Surgem, portanto, “análises críticas às estruturas de poder e ao papel do Estado em face das contradições próprias do sistema capitalista e do fenômeno de metropolização que se acentuava” (Rocha & Eckert, 2013, p.23). As pesquisas etnográficas nesse novo contexto social revelaram o quanto aquela intensa mobilização política nas classes populares extrapolavam as instituições clássicas de participação, representação e mobilização política (Durham, 1984, p.24).

Essa conjuntura – política, acadêmica, institucional – abriu espaço para estudos de caráter antropológico sobre a realidade da periferia dos grandes centros, pois era preciso conhecer de perto esses atores, seu modo de vida, aspirações – já que conceitos até então em voga tais como “consciência de classe”, “interesses de classe” e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são? Onde moram? Quais são seus vínculos de parentesco? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre? (Magnani, 2009, p.130)

Os novos movimentos sociais, portanto, surgiam como uma resposta àquelas contradições impostas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista no cotidiano de suas vidas privadas – para além do trabalho, da fábrica –, caracterizadas por carências e negações de direitos por parte do Estado. Esse processo de construção de novos sujeitos, formas e visões sobre a política, entretanto, é influenciado por outras esferas da vida cotidiana das populações periféricas, como religião, família, vizinhança e compadrio (Dias de Andrade, 2010, p.9).

A trajetória antropológica nos debates sobre a *política*, portanto, resulta de um refinamento teórico envolvendo décadas de reflexões etnográficas e políticas. Especificamente em relação

a produção acadêmica brasileira, as interfaces e inter cruzamentos entre os debates das chamadas antropologia urbana e antropologia *da* política podem possibilitar o diálogo com a realidade etnográfica desse trabalho – moradoras negras de um bairro pobre e periférico de uma grande metrópole, organizadas e mobilizadas em um movimento social por melhores condições de vida.

Trata-se, portanto, de usar esse referencial teórico para refletir etnograficamente sobre representações e práticas políticas de populações urbanas, em busca do que seria uma antropologia da política na cidade. Se há um aprendizado sobre o conhecimento acumulado, criticado e revisitado até aqui é de que nós, antropólogas e antropólogos, devemos partir de uma suposição básica em nossos estudos: “a categoria *política* é sempre etnográfica” (Peirano, 1998a, p.22, grifo nosso).

1.2 – Contexto social e antecedentes históricos da luta do MTD

A Pedreira Prado Lopes – PPL, ou simplesmente *Pedreira*, como foi tratada por moradores, militantes, lideranças e apoiadores durante essa pesquisa – é reconhecida pelo Estado como comunidade periférica que convive com “ambiente insalubre, a pobreza e exclusão social, a violência, a infraestrutura básica insuficiente, a precariedade habitacional e a dificuldade de acesso” (PBH, 2018). Segundo dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2018), a Pedreira Prado Lopes é a vila de ocupação – também tratada como “aglomerado” e “favela” (Zilli, 2004) – mais antiga da cidade.

Localizada na região noroeste da capital mineira, abriga cerca de 8.900 moradores, distribuídos numa área de 141 mil metros quadrados. Sua origem remete ao período de construção de Belo Horizonte, quando a região foi inicialmente ocupada por operários e migrantes nas primeiras décadas do século XX. Segundo Guimarães (1991, p. 158), as favelas da Barroca e da Pedreira Prado Lopes formaram-se entre 1909 e 1914, com famílias expulsas do Córrego do Leitão e do Barro Preto. Esse processo de contínuos deslocamentos de populações pobres para regiões suburbanas e periféricas foi recorrente na história da organização socioespacial de Belo Horizonte, pautada por interesses do mercado imobiliário e das elites política e econômica da cidade (Ferrari Lima, 2009, p.133).

Um elemento marcante na caracterização do contexto social da Pedreira Prado Lopes, também mencionado em entrevistas e diálogos com moradores, militantes e lideranças do MTD, é a violência urbana. Zilli (2004) ressalta certo destaque da Pedreira em relação aos altos índices de violência e criminalidade, caracterizada como uma das seis favelas mais violentas da capital mineira (Zilli, 2004, p.17). A comunidade convive com a presença e disputas de gangues ligadas ao tráfico de drogas, cujas relações de poder e influência sobre os territórios da Pedreira são rearranjados de tempos em tempos (Zilli, 2004, p.17).

A atual luta do MTD na Pedreira Prado Lopes, protagonizada por moradoras e moradores da comunidade, está associada a um longo histórico de mobilizações protagonizadas por movimentos populares nos grandes centros urbanos brasileiros e, em especial, na capital mineira. A história de exclusão social, carências e abusos sobre essas populações se confunde com uma tradição de resistência nas periferias urbanas de Belo Horizonte – seja na reivindicação por melhores condições de vida, seja na luta por moradia.

1.2.1 – A luta na periferia de Belo Horizonte: das organizações de “trabalhadores favelados” aos movimentos de luta por moradia

Entre 1959 e 1964, Belo Horizonte viu o surgimento de um ator político que mobilizou e organizou grande número de associações de moradores na periferia da cidade. Em 1960, nove associações de favelas se reúnem para registrar a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, que havia dado início as suas atividades no ano anterior, 1959. Entre sua fundação e o golpe de 1964, o número de associações que integravam a Federação aumentou de nove para cinquenta e duas entidades. Nesse período, as ações dessas entidades e da Federação ficaram conhecidas na Capital, através da imprensa escrita, como *o movimento dos favelados*. (Oliveira, 2007, p.2)

Samuel Silva de Oliveira (2007, 2009, 2011, 2014) retrata, em sua pesquisa historiográfica, como essas populações de comunidades pobres e periféricas de Belo Horizonte se organizaram em associações e numa federação de moradores (Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte – FTFBH), especialmente na década anterior ao golpe civil-militar de 1964. Em um primeiro momento, essas organizações – as Uniões de Defesa Coletiva (UDC) – visavam resistir aos despejos realizados pelo governo local, de maneira a garantir a ocupação de terrenos ocupados. Na Pedreira Prado Lopes, foi criada uma das primeiras associações comunitárias de Belo Horizonte em 1956, também sob a denominação

de União de Defesa Coletiva (Somarriba et al., 1984, p.62).

O movimento de trabalhadores favelados, entretanto, conseguiu construir uma narrativa política entre os seus participantes, extrapolando pautas locais e difundindo uma visão crítica e coletiva sobre a cidade e sua formação socioespacial desigual – tratava-se de reivindicar, acima de tudo, o “direito de morar” (Oliveira, 2007, p.3). Segundo Oliveira, as passeatas se destacaram como parte do repertório de ação desses movimentos no período entre 1961 e 1964, de maneira a tornar visíveis no espaço público “as aflições vivenciadas no mundo privado, legitimando e inserindo a questão das favelas na agenda política municipal e estadual” (Oliveira, 2007, p.4).

Esse processo de consolidação de uma organização de ampla representação de vilas e favelas, com a construção de uma identidade política e estratégias de ação comuns – inclusive com a distribuição de uma publicação unificada, o jornal “O Barraco”; e com a transmissão do programa “Voz do Trabalhador Favelado” pela na Rádio Jornal de Minas (Oliveira, 2007, p.3) –, possibilitou a participação e interferência da FTFBH no jogo político-eleitoral de Belo Horizonte. Nas eleições entre 1954 e 1962, essas entidades se envolveram na campanha por candidatos que estivessem alinhados com os interesses dos “trabalhadores favelados” (Oliveira, 2014, p.238). Entretanto, esse intenso processo de participação e representação política foi interrompido pela atuação repressora do regime militar a partir do golpe de 1964:

Após o Golpe, foi nomeado um coronel da Polícia Militar para ocupar a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*. O patrimônio da FTFBH foi apreendido, várias UDCs foram fechadas e algumas lideranças foram presas. No Inquérito policial que justificava estes atos, o delegado do *Departamento de Ordem e Política Social* (DOPS-MG), expressou sua perplexidade diante do “direito de morar”, alegado pelo movimento social para justificar suas práticas e ações. Este discurso foi em grande parte constituído em relação à experiência da política urbana e da memória da luta da Vila São Vicente, fatos que o delegado desconhecia como legítimo. A luta das favelas era vista como a subversão da “Constituição Brasileira” e do direito de propriedade. (Oliveira, 2011, p.53)

Somente na década de 1970, sobretudo por intermédio da Pastoral das Favelas da Igreja Católica (Motta, 2012, p.131), as entidades voltariam a se organizar. A Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte seria recriada apenas em 1970, na Pedreira Prado Lopes, com o nome União dos Trabalhadores de Periferia (UTP). A associação comunitária

União Prado Lopes, em 1974, é também criada como continuidade à antiga UDC da Pedreira, fechada após o golpe civil-militar de 1964.

Em um contexto de decadência política do Governo Militar e do iminente processo de redemocratização, em 1983, os movimentos sociais teriam uma histórica vitória em Belo Horizonte: a criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PRO-FAVELA), que reconhecia o direito dos favelados quanto a propriedade de suas moradias (Motta, 2012, p.131).

No início da década de 1990, o processo de acúmulo de lutas sociais ao longo dos anos de 1980 possibilitou a eleição de Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a prefeitura de Belo Horizonte. Sua gestão ficou reconhecida por uma avançada política habitacional (Bittencourt, 2016, p.20), com mecanismos de participação e negociação com movimentos populares engajados na questão da moradia, apesar das limitações orçamentárias – o que, inclusive, promoveu a diminuição de ocupações de imóveis ociosos (Bittencourt, 2016, p.28).

No início da década de 2000, entretanto, percebe-se uma guinada nas gestões municipais quanto às políticas urbanas e habitacionais a um projeto de “gestão neoliberal” da cidade (Bittencourt, 2016, p.34), com destaque para os mandatos dos prefeitos Fernando Pimentel (PT) e Márcio Lacerda (PSB). Nesse contexto, inclusive, foi gestado o programa de urbanização de favelas chamado Vila Viva (2005), cujo desenvolvimento gerou intensas críticas e mobilizações por parte de moradores e movimentos sociais. Na Pedreira Prado Lopes, os constrangimentos, violências e desrespeitos gerados por esse programa resultaram em uma ocupação promovida pelo MTD no ano de 2013 (Brasil de Fato, 2013).

Diante desse panorama de mudança de curso na gestão municipal – “quando a extração da mais valia sobre e pelo tecido urbano adquire centralidade no planejamento da cidade em detrimento da chamada inversão de prioridades, com seu programa de garantia de direitos urbanos destinado às camadas despossuídas e desprivilegiadas” (Bittencourt, 2016, p.60) – e dos limitados espaços de debate e participação dos grupos sociais afetados, um novo ciclo de lutas urbanas surge em Belo Horizonte.

Em um primeiro momento, entre 2006 e 2008, destacam-se as “ocupações verticais” – envolvendo prédios ociosos em áreas centrais da cidade (Bitterncourt, 2016, p.60), como aquela realizada pelo MTD e descrita no capítulo 3 desse trabalho. Nessa linha de ação, os movimentos não só reivindicavam a garantia imediata da moradia, mas usavam dessa ação concreta para pressionar pela aplicação de preceitos constitucionais como o cumprimento da função social da terra e da cidade, previstos na Constituição Federal e regulamentados pelo Estatuto das Cidades (2016, p.68). Entretanto, essas ocupações se mostraram frágeis diante da repressão estatal e jurídica, não resistindo por mais de seis meses.

No período posterior, entre 2008 e 2015, a estratégia dos movimentos de moradia se volta às “ocupações horizontais” – ou seja, “ocupação de terrenos vazios e não edificadas na periferia da cidade, com seu ambiente construído interno sendo produzido pelos próprios moradores, por via da autoconstrução” (Bittencourt, 2016, p.72). As vinte e quatro experiências de ocupações urbanas contabilizadas por Rafael Bittencourt (2016) nesse período envolveram cerca de quinze mil famílias, valor superior ao número de novas habitações produzidas pelo programa *Minha Casa, Minha Vida* no mesmo período (2016, p.225).

A luta das mulheres do MTD em busca de melhores condições de vida em uma das maiores comunidades pobres de Belo Horizonte está vinculada, portanto, a uma histórica trajetória de mobilizações por parte de populações periféricas nessa cidade. O conhecimento prévio dos antecedentes de ativismo político nesses espaços, assim como do quadro social e histórico relacionado à Pedreira Prado Lopes, embasarão as reflexões etnográficas nos próximos capítulos. Se essas pessoas teorizam, articulam e agem conforme certas percepções e visões de mundo, devemos levar em conta o contexto por trás dessas ações e narrativas.

CAPÍTULO 2 – “Ocupar é Resistir”: uma reflexão etnográfica sobre ocupações políticas do MTD

2.1 – A luta do MTD: Do Rio Grande do Sul à Pedreira Prado Lopes

O MTD é uma organização social cujos os integrantes são mulheres e homens que se encontram impedidos de garantir o necessário para uma vida digna nas grandes cidades brasileiras. Trabalha com a perspectiva da educação popular para despertar e gerar processos de consciência nas pessoas, contribuindo para libertarem-se das diversas formas de opressão a que estão submetidos. Sob a palavra de ordem “Direito de trabalhar. Trabalhar com Direitos”, o objetivo do MTD é formação política, estudar a realidade e buscar a transformação social. (Página do MTD e MOTU Brasil no Facebook, 2018)

O Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) é uma entidade que, a partir de 2015, consolidou-se como uma entidade nacional envolvida nas lutas políticas urbanas. Nascida em 2000, em Porto Alegre, como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (Figueiredo Filho, 2013, p.23), a organização passou por um processo de reconstrução (Brasil de Fato, 2015), expandindo o foco de suas pautas para demandas políticas cotidianas de trabalhadores e as trabalhadoras que vivem no espaço urbano das periferias das médias e grandes cidades. No contexto de ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, o MTD se difundiu para outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Goiás, Santa Catarina e Minas Gerais (Amorim, 2013, p.12).

A atuação do MTD em Belo Horizonte, especificamente na Pedreira Prado Lopes, segue essa diretriz estratégica da entidade. Nos últimos anos, o movimento promoveu e articulou mobilizações envolvendo demandas locais da população local nos últimos anos, como as ocupações realizadas em um conjunto de habitação popular inacabado (Brasil de Fato, 2013) e em uma creche desativada (Brasil de Fato, 2016). Nos próximos itens desse capítulo (2.2 e 2.3), descreveremos e refletiremos sobre duas recentes manifestações políticas promovidas pelo MTD – a marcha do movimento em meio aos protestos da “Greve Geral”, em abril de 2017; e a ocupação de um prédio abandonado na Pedreira Prado Lopes, em setembro do mesmo ano –, ambos reconhecidos como marcantes momentos desse trabalho de campo.

2.2 – A Marcha do MTD: uma breve e intensa experiência etnográfica

“Dia 28 de abril: Greve Geral!” – Assim anunciavam os meios de comunicação sindicais em todo Brasil. Jornais, programas de rádio e mensagens de *Whatsapp* atentavam a população sobre as possíveis interrupções de serviços, especialmente em relação ao transporte público.

A “Greve Geral” de abril de 2019, convocada pelas principais centrais sindicais do país, prometia paralisar diversas categorias de trabalhadores em protesto contra as reformas capitaneadas pelo atual presidente da república, Michel Temer. Além da paralisação, movimentos sociais e sindicatos convocavam a população para comparecer em passeatas e concentrações em cidades por todo país.

As atividades relacionadas à “Greve Geral”, programada para aquela data, não se limitavam à concentração e passeata de pessoas no centro de Belo Horizonte. Diversos grupos organizados realizariam atos descentralizados na região metropolitana da cidade, como bloqueios de vias públicas, estações e garagens de ônibus. Por meio do convite de um militante de outro movimento social – Levante Popular da Juventude –, César, fui chamado para ajudar nas atividades que seriam protagonizadas pelo MTD, que pretendia colaborar com essas ações descentralizadas com moradores de uma comunidade pobre e periférica de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes.

Até a chegada ao ponto de encontro, não haviam me repassado qualquer informação sobre o teor da ação programada para aquela manhã. Os militantes do MTD e de demais movimentos aliados – tratados como *apoiadores*, como César e eu – se encontrariam e tomariam o café da manhã em frente a uma escola pública no entorno da Pedreira, em horário próximo às 8 horas. Eram quase todas mulheres, com exceção de apoiadores de outras organizações que foram chamados a ajudar no protesto organizado pelo movimento. A maioria das militantes usavam camisas, bonés e bandeiras com a identidade visual do MTD. Várias dessas mulheres estavam acompanhadas de seus filhos, muitos deles bem pequenos.

Passados cerca de trinta minutos do horário combinado, tentei descobrir qual seria a ação a ser protagonizada por aquele grupo de pouco mais de trinta pessoas. Um dos *coordenadores*, Marcos, me confessou que a ideia era fechar uma das pistas da Avenida Antônio Carlos, embora outras lideranças do MTD estivessem preocupadas com a quantidade insuficiente de

pessoas para uma ação dessa magnitude.

Naquele momento, a chuva que seguia tímida desabou sobre nossas cabeças. As pessoas foram pouco a pouco adentrando o pátio da escola em busca de abrigo, amontoando-se sob a marquise da portaria principal. Enquanto conversava com alguns apoiadores e lamentávamos pela chuva, algumas daquelas mulheres – militantes e coordenadoras do movimento – tentavam manter o grupo animado, entoando canções e gritos de ordem reconhecidos e repetidos por todas do MTD.

Se a forte chuva e o baixo contingente me esmoreciam, esses obstáculos não pareceram incomodar aquelas pessoas. Quando me dei conta, estávamos saindo em marcha da escola em direção à Avenida Antônio Carlos, mesmo sob chuva, ainda que mais leve. Os protestantes eram orientados pelos coordenadores a empunhar suas bandeiras, andar em fileiras e seguir cantando sem parar – a disciplina ao marchar se assemelhava ao método utilizado por grandes movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). É sabido, entretanto, que o MTD foi gestado e impulsionado pelo próprio MST, tratado como um “braço urbano” do movimento (Figueiredo Filho, 2013, p.83) e de métodos de ação e organização inspirados pelo movimento sem-terra.

Havia uma constante preocupação com a integridade daqueles que marchavam, o que exigia atenção e experiência de alguns protestantes destacados para essa tarefa específica (em geral, apoiadores e coordenadores) – formavam a *equipe de segurança*. Essas pessoas, em sua maioria homens, eram responsáveis por acompanhar a manifestação em pontos estratégicos – especialmente nas extremidades da marcha –, de maneira a prever e responder a possíveis ataques externos à passeata. Após poucos minutos de caminhada, por fim nos aproximávamos da Avenida Antônio Carlos em pleno trânsito, o que intensificaria os cuidados tomados pela equipe de segurança.

Aproveitando o semáforo fechado para motoristas em uma das pistas da avenida, ocupamos a faixa de pedestres e paralisamos o trânsito no sentido bairro-centro. Os protestantes se enfileiraram tal como uma corrente humana, entoando canções, jograis e palavras de ordem – sejam relacionadas às pautas políticas específicas do MTD (“Direito de Trabalhar! Trabalhar com direitos!”), sejam em alusão aos principais motes daquele dia de mobilização nacional: “Fora Temer!”, “Temer sai! Previdência fica!” e “Ai ai ai ai ai ai ai: empurra o Temer que ele

cai!”.

Se a cantoria do grupo poderia promover uma maior animação das pessoas envolvidas no protesto, esse sentimento se misturava, no entanto, com a tensão envolvida com o fechamento da avenida. Motociclistas desviavam dos carros parados e se aproximavam dos manifestantes, ameaçando ultrapassar a barreira humana. Os protestantes se recusavam a abrir passagem, o que revoltou alguns motociclistas e resultou em alguns confrontos. Por mais que algumas lideranças buscassem o diálogo e a compreensão dos motoristas afetados – *“Estamos aqui defendendo os seus direitos!”* –, não havia nenhuma manifestação de apoio ou compreensão por parte dos motociclistas.

Em todas as ocasiões em que se evidenciava um conflito, parte dos protestantes – especialmente a equipe de segurança – direcionava-se imediatamente para o local da confusão. No momento de maior tensão da manifestação, um dos motociclistas tentou romper a barreira humana, com grande risco de atropelamento de participantes do ato, inclusive crianças. De maneira súbita, um dos apoiadores presentes no ato aplicou um golpe de imobilização naquele motociclista, dando tons ainda mais dramáticos para a cena.

A postura do apoiador que enfrentou o motociclista – e quase o derrubou do veículo – faz parte de um conjunto de práticas de defesa desses grupos que se expõem cotidianamente a ações que confrontam a ordem. Como ouvi de uma das apoiadoras presentes, mesmo diante do conflito explícito, não era possível liberar a via para qualquer veículo, pois “onde passa boi, passa boiada”.

Responder de forma firme e imediata a qualquer ataque durante o protesto correspondia, portanto, a uma demonstração de força aos demais atores presentes, de maneira que outros insatisfeitos com a manifestação ficassem receosos a buscar o enfrentamento com os protestantes. Felizmente, passada a tensão inicial, os motociclistas passaram a manobrar suas motos e desviaram do protesto, seja por ruas adjacentes, seja pela calçada lateral.

É difícil mensurar quanto tempo havia passado até a chegada das primeiras viaturas da Polícia Militar (PM), algo já esperado pelas lideranças do movimento, mas acredito que se tratou de cerca de quinze minutos. De certa forma, a presença dos policiais não era vista como negativa – segundo Marcos, uma das lideranças responsáveis pela equipe de segurança, levando em

conta o pouco contingente de pessoas, o movimento já havia obtido uma boa repercussão e poderia se utilizar da proteção da polícia para seguir de forma segura com sua marcha. Após a conversa de alguns policiais com lideranças do MTD, a PM solicitou a liberação da via pelos manifestantes, mas disponibilizou uma das faixas da pista para que marchássemos até a Praça da Estação – ponto final de nossa passeata.

Naquele momento, protegidos por viaturas da PM em nossa retaguarda e bem-sucedidos na ação proposta por coordenadores do MTD, seguimos em marcha sob forte chuva até o ponto de encontro das mobilizações daquele dia em Belo Horizonte. Enquanto algumas militantes – responsáveis pela *agitação* da passeata – entoavam cantos e palavras de ordem com um megafone, os demais militantes eram orientados pelos coordenadores a seguir cantando, tremulando suas bandeiras e andando em fileiras.

Já encharcado, caminhava e conversava com outro apoiador e colega de trabalho, Arthur, principal companhia durante o ato, quando fui surpreendido por uma criança que me puxou pela camisa e perguntou: “*A polícia tá ajudando a gente?*”. A pergunta, aparentemente inocente, soou como um murro na boca do estômago. Por mais que tentasse explicar ao garoto sobre aquela parceria aparentemente inusitada e momentânea com a PM, assombrava-me aquela clara evidência da conturbada relação entre populações periféricas e pobres e o aparato policial estatal.

Já era possível avistar a Praça da Estação, ainda esvaziada, após cerca de vinte minutos marchando e cantando. Muitos dos presentes na praça se protegiam da chuva forte, com guarda-chuvas e capas de plástico, enquanto alguns caminhões de som já transmitiam falas que exaltavam a importância daquela iniciativa – uma paralisação nacional envolvendo diversos setores organizados – para enfrentar a agenda de retrocessos sociais impostas pelo governo Temer.

A marcha daquelas bravas mulheres do MTD, ao adentrar a Praça da Estação com suas bandeiras, terminava como se iniciou: com muita animação e cantoria! Já distanciado do grupo do MTD, entre uma conversa e outra com colegas sindicalistas presentes na praça, questionávamos sobre as notícias de outras cidades, sobre o impacto da chuva para o sucesso da manifestação, sobre a estimativa de pessoas até aquele momento ou sobre a eficácia da “Greve Geral” para enfrentar o Governo Temer.

Se por acaso a chuva, o confronto, a polícia ou a conjuntura política nacional teriam incomodado esse sindicalista/estudante, nenhuma dessas preocupações, no entanto, parecia afligir aquele pequeno grupo de mulheres, que ainda cantava ininterruptamente, mesmo após vinte minutos desde sua chegada à Praça da Estação. As militantes do MTD, envoltas naquilo que os militantes costumam tratar como *mística*, não pareciam se afetar com os receios e expectativas para além dos limites daquela ação concreta.

Chaves (2002) discutiu um evento de caráter semelhante, embora de dimensões muito diferentes, ocorrido na década de 1990: a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, realizada em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Naquela ocasião, Chaves concluiu que as ações promovidas pelo MST não só garantiam visibilidade ao movimento, suas bandeiras e suas lutas, como também promoviam a produção da “identidade sem-terra” entre os militantes envolvidos (Chaves, 2002, p. 138).

Tratados etnograficamente como rituais, conforme discute Peirano (2000), eventos políticos como as marchas do MST e do MTD podem permitir o acesso a valores e visões de mundo vinculadas ou inferidas pelos atores durante esses atos performativos. Entretanto, por se tratar de minha primeira e tão breve experiência etnográfica com aquele grupo, ainda parecia precipitado inferir sobre os significados compartilhados por aqueles que ali caminhavam e cantavam juntos.

2.3 – Ocupação Pátria Livre: Um dramático relato etnográfico

Às vésperas do feriado de sete de setembro de 2017, recebi uma mensagem de um dos coordenadores do MTD pelo celular. Um de meus principais mediadores em campo, Marcos, perguntou se poderia conversar sobre o apoio do sindicato para um evento que seria realizado pelo movimento – as entidades já nutriam certa *confiança política*, como Marcos fez questão de ressaltar.

Naquele momento, o contato inesperado gerava uma expectativa de reaproximação com a organização e avanço na pesquisa, que passava dificuldades para deslanchar. Até aquele momento, passados alguns meses após minha primeira experiência etnográfica – a marcha do

MTD, em abril de 2017 – havia certo receio em prosseguir com a pesquisa por dois motivos: primeiro, por se tratar de um trabalho envolvendo pessoas com as quais compartilhei experiências e vínculos em minha trajetória pessoal de militância política; segundo, por ter dúvidas sobre como acessar o debate aberto por minha pergunta inicial em campo.

Marcado o encontro, fui avisado que esse seria realizado na residência de outra militante do movimento, Rosângela, moradora da Pedreira Prado Lopes. Ao entrar pelas ruas mais internas do bairro, a paisagem local causaria certo receio ao motorista do *Uber* e a mim – considerada como uma das regiões mais violentas de Belo Horizonte (Zilli, 2004, p.6), a região gerava medo. O estranhamento parecia ser compartilhado pelas pessoas nas ruas, que olhavam para o carro como se dissessem: “esses caras não são daqui”.

Após certa dificuldade para encontrar o endereço informado – o que aumentava a tensão dentro do carro – encontramos a casa de Rosângela e logo ouvi meu nome ser gritado da esquina. Entrei na casa com Marcos, que estava acompanhado de outra liderança do MTD, Douglas, e logo fui convidado a me sentar no sofá para conversarmos. A casa, embora de cômodos pequenos e corredores estreitos, era confortável e parecia ser um ponto de encontro usual entre integrantes do movimento.

Marcos iniciou a conversa perguntando sobre a pesquisa, mostrando-se solícito a me ajudar – eu havia comentado sobre essa possibilidade, meses atrás. Entretanto, aquele seria apenas um preâmbulo para um diálogo mais tenso e sigiloso, o que já se revelava pelo baixo tom de voz usado por Marcos e pela inquietação de Douglas – ficou de pé durante toda a conversa, enquanto estávamos sentados no sofá.

Marcos começou a tratar do tal evento, motivo principal daquela conversa. Demorei para compreender o que parecia óbvio para meus interlocutores: não se tratava de nenhum evento festivo ou algo do tipo, mas sim de uma ação concreta de contestação: uma *ocupação*. Enquanto detalhavam o planejamento da ação, prevista para a madrugada daquele mesmo dia, eu ainda digeriria aquele clima de conspiração com certo nervosismo. Entretanto, a motivação daquela conversa presencial – provavelmente por questões de segurança – não era planejar como seria realizada a ocupação. O planejamento já estava feito e, talvez pela necessidade de manter algum sigilo, poucas informações sobre a ação foram detalhadas.

Como revelou Marcos, conversas como aquela haviam sido feitas com representantes de outros movimentos aliados, especificamente com aqueles tratados como *apoiadores* estratégicos, para garantir apoio político e financeiro após a consolidação da ocupação. Pela experiência do movimento de outras ocupações realizadas no passado, segundo Marcos, as primeiras horas e dias seriam aquelas mais críticas para o sucesso ou não da ação.

Embora não houvesse me preparado para aquela possibilidade de “entrevista”, aproveitei a oportunidade para perguntar sobre as expectativas dos grupos envolvidos na ocupação, incluindo sobre a relação do movimento com a comunidade local. As famílias que ocupariam o imóvel escolhido – um prédio abandonado há 12 anos, segundo meu informante, em uma das principais ruas da Pedreira – estavam sendo orientadas e convencidas por lideranças do MTD nos últimos meses.

Esse trabalho de conscientização e convencimento para causas e ações políticas, tratado pelas lideranças como *trabalho de base* – estratégia e categoria recorrentes em contextos envolvendo ocupações políticas (Figueiredo Filho, 2013, p.78) – visava *organizar* e promover a *formação política* dessas pessoas. Divididas em três *grupos de trabalho de base* na região, de acordo com Marcos, a grande maioria desses militantes *em formação* nunca havia participado de uma ação desse tipo.

Quanto à relação com os moradores da região, Marcos entende como *de respeito*, especialmente pelo fato do MTD ter participado de outras mobilizações envolvendo demandas locais, como as ocupações realizadas em um conjunto de habitação popular inacabado (Brasil de Fato, 2013) e em uma creche desativada (Brasil de Fato, 2016). Entretanto, meu interlocutor lembrou sobre rivalidades locais históricas, especialmente entre moradores da Pedreira *de cima* e *de baixo*, disputas entre gangues já relatadas por Luis Felipe Zilli (2004) em seu estudo sobre violência e criminalidade na Pedreira.

Embora seja reconhecido o poder local de traficantes da região (Zilli, 2004, p.6), a relação desses grupos com o movimento tem sido respeitosa, o que não dispensa a necessidade de diálogo prévio entre as partes em situações como essa, que podem atrair os holofotes da mídia (e da polícia) para aquele território.

2.3.1 – “Ocupar é Resistir”: sobre o dia seguinte à ocupação

Por direito à moradia digna e em denúncia ao abandono de imóveis, mais de 70 famílias ocupam prédio em BH. O local está abandonado há mais de 10 anos e agora está ocupado por moradores da Pedreira Prado Lopes. No dia em que o país comemora a independência do Brasil, as famílias exigem a independência do aluguel! Viva a Ocupação Pátria Livre! #OcuparEResistir #PátriaLivre #MTD #MorarÉDireito (Página da Ocupação Pátria Livre no *Facebook*, 2017)

Surgia, portanto, nas primeiras horas do feriado de sete de setembro de 2017, a Ocupação Pátria Livre. Em sua recém-criada página no *Facebook*, às 5h13, era anunciada a ocupação do prédio abandonado por famílias da Pedreira, acompanhadas de apoiadores de movimentos sociais, como forma de denúncia ao déficit habitacional e a especulação imobiliária na cidade de Belo Horizonte. Embora as experiências mais recentes e vitoriosas dos movimentos de luta por moradia em Belo Horizonte tenham se desenvolvido em ocupações de terrenos horizontais em regiões de periferia (Bittencourt, 2016, p.72), o MTD apostava na principal tática desses grupos organizados em um ciclo histórico anterior: a ocupação de imóveis verticais, abandonados em regiões centrais e retidos pela especulação imobiliária.

O lote ocupado possui um amplo galpão, também abandonado, cuja intenção do movimento é abrigar alguma iniciativa de geração de trabalho e renda para essas famílias. Segundo Figueiredo Filho (2013, p.24), essa preocupação com a produção coletiva, de forma a garantir renda e trabalho para os militantes, é uma característica que diferencia o MTD de outros movimentos de luta por moradia. Desde seus primeiros anos de existência, voltados para a luta por direitos de trabalhadores desempregados em contextos urbanos, a entidade se envolveu em experiências de produção auto-gerida por seus militantes – como os “acampamentos rururbanos” (Figueiredo Filho, 2013, p.85).

Na manhã daquele dia, feriado em homenagem à Independência do Brasil, haveriam também mobilizações pelo “Grito dos Excluídos” em diversas capitais do país (CNBB, 2017), inclusive em Belo Horizonte. Minha intenção era, antes de me dirigir ao ato no centro da cidade, visitar a ocupação recém-estabelecida – acatando o pedido de meu informante na conversa do dia interior. Quando cheguei ao local da ocupação, próximo das nove horas da manhã, pude reconhecer alguns coordenadores e apoiadores do MTD próximos ao prédio ocupado.

O portão do lote estava fechado e não havia nenhuma manifestação proveniente do interior da ocupação. Algumas viaturas da Polícia Militar (PM) de Minas Gerais já haviam sido acionadas, estacionadas a alguns metros do portão da ocupação, porém aparentemente apenas averiguando a situação. Os poucos militantes que se encontravam nas proximidades do imóvel, a cerca de dez metros dos policiais, cochichavam e buscavam informações de ocupantes pelo celular. Militantes e policiais pareciam estar se estudando, atentos às feições e movimentações de cada um, como se já previssem um conflito inevitável.

Já a algumas horas de ocupação, frente ao risco iminente de ação repressora do Estado, recebíamos informações de pessoas que estariam com medo e pensando em desistir da ação. Lideranças e apoiadores mais experientes com aquele tipo de mobilização, inclusive provenientes de outros movimentos, buscavam acalmar essas pessoas, enquanto clamavam por *apoio político* externo pelo telefone celular.

Não bastasse a tensão envolvida naquele momento, uma mulher subia a rua e gritava: “Ele morreu! Ele morreu! O neném morreu!”. Choro, correria e gritos desesperados ecoavam do conjunto habitacional localizado em frente ao imóvel ocupado, diante do anúncio da morte de um bebê de dois meses de idade, que havia passado mal e levado às pressas ao pronto socorro. Aquela pequena tragédia parecia afetar a todos naquele momento – moradores, militantes, policiais – como se fosse capaz de suspender aquele conflito por alguns instantes, diante da comoção por uma fatalidade cotidiana.

Mesmo diante daquele evento dramático e da presença de viaturas policiais, a movimentação incomum na rua não trouxe seus moradores para fora de suas residências. A rua, naquele ponto, seguia vazia e silenciosa, a não ser por uma inquietante voz feminina que cantarolava bem alto alguns louvores evangélicos. Um dos poucos que arriscaram sair de suas casas, morador de um barracão vizinho ao imóvel ocupado, perguntou se éramos “do povo que invadiu”.

Uma das coordenadoras, Heloísa, não se identificou de forma explícita – embora estivesse vestindo uma camisa do MTD – mas disse que estava ali para apoiar a *ocupação*. Num bate papo informal, outra liderança (Anderson) buscava justificar a legitimidade de uma ação como aquela, relembrando sobre a dificuldade de se pagar um aluguel e informando sobre a quantidade de belo-horizontinos sem casa própria. “É isso mesmo! Qualquer coisa que

precisar, estamos aí!” – disse o morador, entrando na casa.

A disputa de legitimidades e narrativas em torno das ações do movimento, portanto, passa não somente pelo debate público mais amplo, mas também pelo convencimento da própria comunidade da Pedreira. Nesse sentido, ressalta-se o uso da palavra *ocupação* ao invés de *invasão* pelos integrantes do movimento, como também citado em estudos com trabalhadores rurais sem-terra (Comerford, 1999a) e movimentos “sem-teto” de São Paulo (Filadelfo, 2014). Segundo Dias de Andrade (2010), a palavra *ocupação* “detém uma força simbólica dentro do espectro dos movimentos sociais”, de maneira a contrapor o termo *invasão*, “considerado ofensivo e largamente utilizado na grande mídia, imbuído de uma aura de ilegalidade e marginalização” (Dias de Andrade, 2010, p.115).

Naquele momento, entretanto, estávamos diante de um impasse: a polícia não poderia entrar no imóvel, a princípio, já que não possuíam mandato judicial para tal; os ocupantes e apoiadores, por sua vez, temiam sair ou entrar na ocupação diante do aparato policial, receosos da possibilidade de prisão em flagrante. Sendo assim, Heloísa, uma das lideranças do MTD, sugeriu que saíssemos um pouco da visão da PM, diante do risco de também sermos abordados – naquele momento, policiais nos fotografavam com celulares.

Heloísa decidiu por se dirigir ao ato do “Grito dos Excluídos”, de maneira a aproveitar a presença de parlamentares, representantes de organizações políticas e de membros do governo estadual para anunciar a nova ocupação, para buscar soluções para problemas imediatos (falta de luz elétrica e água potável) e denunciar as ameaças de repressão policial. Decidi por aproveitar a carona e “descer” para o centro, até porque aquele ambiente havia me afetado psicologicamente.

Ao longo do percurso, Alice – apoiadora e jornalista – comentava sobre a informação de que alguns ocupantes estariam prestes a desistir diante da falta de água potável para tomar banho. Também houve relatos de moradores vizinhos incomodados com a ação, provavelmente autores da denúncia de invasão à polícia. Já próximos da Praça da Rodoviária, local de concentração do “Grito dos Excluídos”, recebemos a ligação de Anderson, que se manteve nos arredores do imóvel ocupado. Aflito com a presença de mais viaturas da Polícia Militar, Anderson foi acalmado por sua companheira de movimento: “No início é difícil mesmo, tem que aguentar a ansiedade!”. Heloísa lembrou que, enquanto a polícia não fizesse nada, não

haveria o que fazermos.

Apesar do discurso de calma e tranquilidade, Heloísa chegou ao local de concentração do ato e iniciou de imediato sua busca por parceiros políticos para aquele momento de risco para a ocupação. Nesse momento, distanciamos-nos e fui me encontrar com outros diretores do sindicato para acompanharmos a manifestação juntos. Antes que a massa manifestante se pusesse a marchar pelas ruas do centro de BH, resolvi retornar para minha casa e segui acompanhando as notícias a partir de mensagens de militantes envolvidos em grupos de *Whatsapp*.

Cerca de meia hora depois recebi ligações e mensagens de celular sobre um recrudescimento da ação policial, que já havia bloqueado a via de acesso ao prédio ocupado e acionado seu pelotão de choque, dispostos a promover o despejo dos ocupantes. Em um momento de grande tensão, militantes buscavam desesperados por contatar e mobilizar autoridades e movimentos parceiros para se locomoverem de imediato para o local da ocupação. Parlamentares e lideranças políticas que participavam do ato do “Grito dos Excluídos” foram acionados, expondo uma tática recorrente de movimentos sociais para contornar ameaças de uso da força (Comerford, 1999a, p. 131).

Não se tratava, necessariamente, de se formar um exército de pessoas para enfrentar o aparato policial, mas sim criar um *fato político* – a presença de autoridades políticas e de representantes de diversas organizações, com a devida publicidade nas redes sociais, poderia inibir uma ação repressora violenta e possibilitar um ambiente de negociação entre manifestantes e Estado. Esse repertório de táticas para lidar com momentos críticos como o narrado, quando a repressão do Estado se torna iminente, é essencial não apenas para o sucesso do ato contestatório em si – a ocupação do prédio –, mas também para a construção de legitimidade política das ações e ideias do movimento perante a sociedade.

Todas essas formas de ação envolvem movimentação de “corpos” sociais que, por força mesmo dessa movimentação, buscam se caracterizar e legitimar publicamente, ao ocupar espaços socialmente marcados. São atos que envolvem transgressão e demarcação de fronteiras sócio-espaciais, e levam a outras ações, colocadas como respostas por parte dos diferentes segmentos do “público” e das “autoridades públicas”. (Comerford, 1999a, p.127)

Como no caso de ocupações (Comerford, 1999a) e marchas (Chaves, 2002) organizadas pelo MST – cujas práticas foram herdadas pelo MTD –, o *fato político* gerado naquele momento trazia holofotes sobre questões que o movimento julga como candentes para a sociedade brasileira – o déficit habitacional nas grandes cidades, a cruel dependência do aluguel em classes populares –, além de exporem o caráter violento e burguês do Estado.

Felizmente, a tática do MTD trouxe bons frutos. Parte daqueles que manifestavam nas ruas do centro de Belo Horizonte se dirigiram para a ocupação, acompanhados de parlamentares parceiros. Enquanto isso, militantes e apoiadores entravam em contato com funcionários do governo em busca de suspender a ação da PM. Por fim, já no período da tarde, o movimento pode comemorar sua primeira vitória: o caso seria levado para uma mesa de negociações para mediação de conflitos fundiários na semana seguinte, enquanto a PM suspenderia o despejo das famílias.

O ato de ocupar por parte do MTD, motivado por uma bandeira política, publiciza uma reivindicação de forma performativa, segundo Judith Butler (2015). Não se trata apenas da luta pelo direito à moradia digna, mas antes disso, do “direito de ter direitos” (Butler, 2015; Dagnino, 1994), reivindicado por corpos orquestrados em aliança. Esses corpos, ao ocuparem espaços não permitidos pela legalidade estatal, acabam por questionarem a legitimidade do próprio Estado.

Embora Butler (2015) esteja tratando de um contexto de grandes marchas e multidões em manifestações políticas, ocupando espaços públicos como ruas, avenidas e praças de grandes metrópoles globais, a reflexão da filósofa pode trazer contribuições para um olhar antropológico sobre ocupações urbanas como a Ocupação Pátria Livre. Como pensa Butler, em manifestações políticas coletivas, o próprio caráter público do espaço material ocupado está sendo objeto de disputa (2015, p.4).

Quando um prédio abandonado por mais de uma década é ocupado, em um contexto de especulação imobiliária e déficit habitacional, esses sujeitos políticos estão questionando, inclusive, o caráter privado daquele território. Não somente as ruas, durante passeatas e protestos, são reconfiguradas e refuncionalizadas (Butler, 2015, p.5) – o prédio privado ocupado por corpos em aliança foi ressignificado conforme usos e simbologias específicas, compartilhadas pelos integrantes daquele movimento.

Esses atos contestatórios públicos permitem, portanto, que aqueles grupos desconsiderados pelos espaços legitimados de ação política e do poder, possam acessar formas de agência política e resistência (Butler, 2015, p.9). Um olhar antropológico sobre questões urbanas contemporâneas, sob uma perspectiva *de perto e de dentro* (Magnani, 2002), pode revelar como a dinâmica das cidades não se dá somente por macroestruturas capitalistas globais, mas também pelas práticas cotidianas de grupos e indivíduos que ali vivem, trocam, negociam e resistem a essa “distribuição demográfica da precariedade” (Butler, 2015, p.1).

2.3.2 – Sobre o desafio de manter viva a ocupação

Dois dias após a ocupação do imóvel, fui visitar o local depois de algumas conversas com meu informante sobre o apoio de minha entidade para a realização de uma confraternização comunitária no domingo seguinte – uma feijoada. Minha ideia era aproveitar o momento para visitar o imóvel ocupado, coletar algumas informações sobre a dinâmica interna da ocupação e, se possível, negociar/pedir permissão para minha pesquisa ser desenvolvida naquele contexto.

Ao chegar ao local, pela manhã, encontrei a fachada do imóvel já ornamentada com faixas, identificando o nome da ocupação e com palavras de ordem “*Morar é Direito*”, além de bandeiras do MTD e de movimentos parceiros: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Levante Popular da Juventude. O portão, entretanto, estava mantido fechado, com controle de acesso por meio de uma pequena abertura. Disse que era do Sindipetro e logo permitiram minha entrada.

Naquele momento, estava sendo realizada uma assembleia entre ocupantes, em círculo. Embora fosse minha primeira entrada ao interior do lote ocupado, reconheci algumas lideranças do MTD e de outras entidades, muitas delas participantes da ocupação do imóvel há dois dias. Cumprimentei Marcos, que por mais uma vez me perguntou sobre a pesquisa, e orientou que outro militante, Gabriel, me mostrasse as dependências da ocupação.

Era como se estivesse me mostrando a própria casa. Ao longo da visita, Gabriel me mostrava a estrutura atual, muito degradada após anos de abandono, enquanto comentava sobre as possibilidades pensadas pelo movimento para o uso de cada espaço. O militante mostrava

como as pessoas estavam se organizando naquele espaço, mas sempre ressaltando o caráter coletivo e comum desses usos.

As tarefas eram divididas entre os ocupantes, o que se evidenciava pela presença de cartazes com descrições de horários e responsáveis para cada atividade – *ciranda, cozinha, segurança, infraestrutura, articulação política* –, método organizativo provavelmente herdado pelo MST. A intenção do MTD é promover, segundo esse integrante, a orientação e preparação dessas famílias ocupantes durante o início da ocupação para que essas possam se organizar e se autogerir no futuro.

Enquanto andávamos pelo imóvel, composto por um prédio de seis andares e um galpão, conversávamos sobre a relação com a comunidade local e sobre o perfil dos ocupantes. No último andar, com uma bela vista da Pedreira, recebi explicações sobre algumas dinâmicas sociais locais. Sobre os vizinhos, Gabriel ressaltou que a maioria apoia o movimento, especialmente após mobilizações anteriores por demandas da população local, em um discurso semelhante ao de Marcos. Entretanto, há quem reprove a atuação do MTD, especificamente sobre a ocupação: naquela mesma manhã, uma bomba caseira foi jogada de um terreno vizinho à ocupação, assim como há relatos de que um dos vizinhos fez a denúncia da ocupação à polícia.

Sobre as ocupantes, percebi que se tratavam de mulheres e crianças, em grande maioria – onde estariam os homens? As mulheres, quando não solteiras, não foram acompanhadas de seus maridos para ocupar o prédio, esclareceu Gabriel. A maioria das mulheres seriam moradoras da Pedreira Prado Lopes, desempregadas e/ou beneficiárias de programas assistenciais do governo federal. No capítulo 3, o debate sobre gênero e a luta das mulheres do MTD será retomado, sob o olhar de uma das militantes entrevistadas.

O relato etnográfico dos primeiros dias de uma ocupação urbana como a Pátria Livre – quando fui impactado por momentos de tensão, medo, alegria, cansaço e esperança – pode evidenciar o intenso envolvimento de indivíduos e coletividades em torno de um projeto político comum, sejam ocupantes ou apoiadores. Além de tarefas urgentes – como mutirões para limpeza do terreno, ligações de energia elétrica e água potável –, havia uma preocupação constante das lideranças em manter a ocupação *viva* politicamente. Essa tática de sobrevivência da ocupação envolve a promoção de eventos e reuniões políticas no interior da ocupação, não somente para

envolver e *formar* ocupantes, como também para estreitar laços com entidades apoiadoras e a comunidade local.

CAPÍTULO 3: Narrativas políticas

3.1 – Um Ano de Ocupação

Exatamente um ano após a entrada de militantes do MTD em um prédio abandonado na Pedreira Prado Lopes, o movimento comemorava o primeiro aniversário da Ocupação Pátria Livre, agora em um novo contexto político: as eleições presidenciais de 2018. Um dia após um grave atentado contra o então candidato Jair Bolsonaro, o galpão da ocupação receberia um dia de festa com muito samba, feijoada e cerveja.

Depois de servido o almoço, seria realizado um *ato político* em homenagem ao primeiro aniversário da ocupação, motivo da presença de representantes de diversas entidades apoiadoras, inclusive esse sindicalista/pesquisador que lhes escreve. Cumprimentei Marcos e Heloísa, meus principais interlocutores para entrada em campo e coordenadores do MTD, que agradeceram a minha presença em nome do sindicato, mas sempre atenciosos e solícitos a contribuírem com minha pesquisa acadêmica. “Esse TCC sai ou não sai?”, brincou Heloísa ao me encontrar, ressaltando que meu trabalho foi discutido na reunião da direção do MTD. Marcos pediu para que eu procurasse Anderson, outro integrante do movimento, para tratar dos próximos passos da pesquisa.

Basicamente, estavam presentes as mesmas caras conhecidas presentes na mobilização em apoio à ocupação de um ano atrás, algumas das quais participaram efetivamente da entrada no prédio. Sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais, organizações estudantis e parlamentares apoiadores se intercalariam nas falas com microfone em um palco no galpão da ocupação, exaltando a luta e a conquista dos militantes do MTD, a importância da “*luta dos trabalhadores*” para enfrentar “os retrocessos”. Era esperado que, no entanto, os discursos fossem contaminados pelo clima eleitoral, ainda mais efervescente pelo recente atentado contra Jair Bolsonaro e pela indecisão sobre a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva – ambos lideravam as pesquisas de intenção de voto para presidente.

Há cerca de um mês para o primeiro turno das eleições em todo o país, o ato político se confundia com um comício de campanha. Menções a importância do voto em candidatos que estivessem “do nosso lado” e do engajamento “100%” daqueles militantes no “trabalho de formiguinha” durante as eleições se repetiam entre as falas. Beatriz Cerqueira e Rogério Correia, respectivamente candidatos a deputado estadual e deputado federal pelo PT, estiveram presentes e foram ainda mais enfáticos: “Dia sete de outubro, temos que votar 13!” – defendeu a jovem sindicalista, em alusão ao número do Partido dos Trabalhadores. A cada final de fala, eram recorrentes os gritos de “Lula Livre!”, palavra de ordem repetida por militantes e organizações de esquerda desde a prisão política de Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018.

Para além daqueles bons e velhos discursos de lideranças de esquerda, com termos, entonações e estrutura com os quais já estou devidamente acostumado, a fala de uma das coordenadoras da ocupação seguiu uma linha fora do *script* e dos lugares-comuns nesses rituais políticos. Ao ser chamada, Ana tomou o resto do seu copo de cerveja, correu para o palco e iniciou um discurso que me emocionou – estava também no palco, junto a outros apoiadores, enquanto ela falava.

Ana contou sobre as dificuldades do início da ocupação – “Não tinha comida, nem bebida. Hoje, um ano depois, tamo aqui comendo e bebendo!” – e deu seu recado sobre o porquê de sua escolha por Lula – “Lula roubou? Eu nunca vi! Eu sei que vivia bem, mobilizei minha casa toda”. Ao final de seu discurso, sob palmas de todos naquele galpão e lágrimas de certo sindicalista/estudante, Ana chamou nominalmente todas as mulheres da ocupação para subir ao palco e celebrar um ano daquela conquista.

Ao final do ato político, procurei Anderson – conforme orientação da coordenação do MTD – para descobrir quem seriam as pessoas indicadas pelo movimento para realizar entrevistas para essa pesquisa. Fomos então, Anderson e eu, na direção de cada pessoa indicada para falar rapidamente sobre o trabalho e ver a disponibilidade de cada uma para essas conversas. O integrante da coordenação me tratava como “Felipe, do Sindipetro” ao me apresentar para as militantes indicadas, dizendo que se tratava de uma “pesquisa de faculdade” sobre a ocupação.

A princípio, foram indicadas três militantes do MTD – duas ocupantes da Ocupação Pátria Livre, Ana e Cíntia; e uma líder comunitária mais experiente da Pedreira, Rosângela – e o

próprio Anderson, representando a coordenação, para participar das entrevistas. Diante das dificuldades para agendar horários com Anderson e Ana, além do incipiente prazo para a conclusão dessa monografia, essas entrevistas não foram realizadas.

Foi nesse contexto histórico, social e político, portanto, que as entrevistas com Cíntia e Rosângela foram realizadas. Um ano após a ação vitoriosa de um grupo de mulheres negras e faveladas, apoiadas por um movimento inspirado nas práticas e lutas de organizações que marcaram a história da luta social no Brasil, essas militantes foram convidadas a refletir sobre suas próprias trajetórias recentes de mobilização política.

Diante dessas memórias, balanços e expectativas sobre a realidade que vivem, buscaremos evidenciar as narrativas construídas por essas mulheres sobre suas próprias mobilizações políticas, baseadas em suas próprias concepções de mundo. Essas percepções expressas nas falas de Cíntia e Rosângela estão associadas a categorias nativas que serão descritas nesse capítulo, acionadas ao longo de suas teorizações sobre o que entendem e vivem como *política*.

O acesso a essas narrativas e modelos nativos por meio de entrevistas individuais, entretanto, estão relacionadas a um modo específico e todo especial de “Ouvir” (Oliveira, 1988). A escuta antropológica, assim como o ato de “Olhar” em campo, devem estar devidamente domesticados e disciplinados conforme antecedentes acadêmicos da disciplina. Conforme defende Peirano (2008), a referência teórica é par inseparável do trabalho etnográfico – “a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida” (Peirano, 2008, p.3).

Além de estarem envolvidas por um contexto político, social e histórico específico, as entrevistas se configuram como um “momento especial”, onde pessoas são removidas do cotidiano para “parar para pensar” sobre sua realidade (Caldeira, 1984, p.144). Ao longo desse processo de contar e interpretar memórias, articulam-se “pedaços de experiências e conhecimentos” (Caldeira, 1984, p.144), o que pode passar a impressão de um discurso desconexo. Entretanto, Caldeira entende que isso não é necessariamente um prejuízo para a pesquisa antropológica:

Assim, o que os discursos revelam são memórias fragmentadas, justapostas, e informações parceladas e contraditórias, explicações parciais que não tem de se conectar para formar um todo. Na verdade, não haveria por que esperar um discurso integrado, já que a experiência cotidiana é ela mesma fragmentada. (Caldeira, 1984, p.283)

Trechos das entrevistas serão transcritos conforme um fio condutor: as categorias de análise utilizadas por Cíntia e Rosângela, identificadas ao longo das diversas fases desse empreendimento antropológico: “Olhar, Ouvir e Escrever” (Oliveira, 1988). Trata-se de avaliar quais são os modelos explicativos – compartilhados coletivamente por esses grupos sociais, e não somente por esses indivíduos – formulados a partir “do ponto de vista do nativo”, percebidos em ação e em um contexto específico (Goldman, 2006, p.41).

Confrontar essas categorias nativas com nossas formulações – acadêmicas, políticas e pessoais – possibilita que possamos identificar “totalidades” (Peirano, 1995; Magnani, 2002) e produzir “teorias etnográficas” (Goldman, 2006). No final das contas, compreender como os militantes de base do MTD refletem e agem politicamente, pode permitir uma melhor compreensão do nosso sistema político (Goldman, 2006, p.29).

As conversas com Cíntia e Rosângela não foram realizadas rigorosamente conforme um roteiro inicial rígido, de maneira a privilegiar um ambiente mais ameno e menos formal para as entrevistadas. Entretanto, uma série de perguntas previamente preparadas ajudaram a conduzir a entrevista, sem prejuízos para a liberdade das entrevistadas para avançar sobre temas e memórias que ali surgissem. O fio condutor daquele bate-papo, portanto, passou pelas perguntas previstas no roteiro no Anexo I.

3.2 – Cíntia

Em uma conversa rápida, intermediada por Anderson durante a festa de um ano da Ocupação Pátria Livre, consegui o contato de telefone de Cíntia. Devido ao fato de ela trabalhar durante a semana, Cíntia propôs o encontro em algum fim de semana, caso houvesse disponibilidade. Após duas semanas da festa e algumas trocas de mensagem via *Whatsapp*, a militante de 35 anos me recebeu em uma área comum da Ocupação, onde sentaríamos em um sofá velho e conversaríamos por cerca de uma hora e vinte minutos. Propus a gravação daquela conversa e

ela aceitou – durante a entrevista, uma forte chuva caiu, tornando inaudíveis alguns trechos do áudio gravado.

A princípio, Cíntia se mostrou mais tímida e de respostas lacônicas¹, como se estivesse estudando o interlocutor e “sentindo o terreno”. Por mais que aquela entrevista tenha sido intermediada pela coordenação do MTD, somente ao longo da conversa o ambiente da conversa se tornaria mais confortável e ficaria claro que meu objetivo ali não era constrangê-la com uma lista de perguntas. Acima de tudo, estava ali para ouvir o que Cíntia tinha a dizer sobre sua trajetória recente, bem exemplificada por uma das perguntas iniciais: “Como você veio parar aqui?”.

Cíntia se envolveu na militância política mais recentemente, é moradora da Pedreira Prado Lopes e atualmente é ocupante da ocupação Pátria Livre. Nascida e criada na Pedreira, é mãe solteira de dois filhos jovens e trabalha como auxiliar de inclusão – cuida de crianças com deficiência em uma escola de um bairro periférico em outro ponto da cidade. Saiu da Pedreira quando sua mãe foi indenizada em um processo de remoção de famílias do programa Vila Viva.

Naquele momento, com 23 anos de idade, a possibilidade de sair da Pedreira – por mais que por uma indenização de valor baixo – tornou-se vantajosa, devido ao ambiente violento no bairro. Cíntia já havia perdido três irmãos e o pai de seu primeiro filho em assassinatos relacionados ao tráfico de drogas. Passou quatorze anos em Ibirité, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, onde teve seu segundo filho com um homem que também seria assassinado por envolvimento no tráfico.

Aí.. nós fomos, aí eu voltei a morar aqui na Pedreira por isso, pela falta de desemprego e.. aqui acho que você tem mais condições, porque aqui você consegue ir pro centro da cidade a pé pra você fazer as coisas, tem mais oportunidade de emprego e eu vim, aí eu vim morar aqui com a minha irmã e a minha irmã conhecia o MTD. (Cíntia, setembro de 2018)

A aproximação de Cíntia com o MTD se deu por meio de sua irmã, mas com certo receio e resistência de se envolver – “Sempre que eu morava com minha mãe, ela falava desse negócio

1 O debate sobre a presença do antropólogo em campo e suas distâncias em relação a seus interlocutores será feito ao longo do item 3.4.

do MTD, que ela ia pra manifestações ajudar o *povo*. (...) E foi aí que ela começou a falar dos direitos que os trabalhadores têm.. Que é aquilo que a gente tem que correr atrás e eu não acreditava em nada disso. Falava “cê é doida!”, falava “tô lá, tô aqui na Praça da Assembleia”, falava “fazendo o que?”, “tô aqui numa manifestação” e ela mandava foto de um monte de gente e eu ficava assim “meu deus do céu, quê que ela tá fazendo no meio desse povo.”

Apesar dos constantes convites de sua irmã e de coordenadores do MTD para participar das reuniões dos *grupos de base* – grupos organizados pelo movimento dentro da comunidade, que se reuniam periodicamente nas casas dos moradores para formação política, esclarecimentos sobre direitos básicos da população e debates sobre problemas locais da comunidade – Cíntia não se mostrava interessada. Além de demonstrar preocupação com a integridade de sua irmã, sempre envolvida nas *lutas* do movimento – passeatas e ocupações –, Cíntia se inquietava com a presença daquele grupo de jovens militantes *de fora* na Pedreira.

Aí eu falava “não tenho interesse nesses trem não”. Aí o Marcos, o Marcos que sempre ia avisar, quando não era o Marcos, era o Anderson. Aí teve um dia que eu tive curiosidade de conhecer quem era o MTD, o quê que eles, o quê que esse grupo de pessoas *de fora* tava fazendo dentro de um bairro que é considerado um dos bairros mais perigoso de Belo Horizonte. Que é uma criminalidade.. quê que esse povo que é estudante, quê que esse povo tá caçando aqui dentro dessa favela, eles tem coisas aí melhores pra fazer do que ficar nessa favela tentando ajudar o povo em que? Eu criei esse pensamento, aí eu conheci a primeira vez eu fui numa *reunião de base*, aí eu vi que eles realmente estudavam os *direito*, porque eu achava que não era verdade isso. (Cíntia, setembro de 2018)

As reuniões dos *grupos de base* – parte do repertório nacional de organização do MTD (Amorim, 2013, p.8) –, são porta de entrada para esse processo de aprendizado sobre “os *direitos* que os trabalhadores têm” e sobre “quais são as *lutas* que o *povo* tem a necessidade e tem o interesse de *lutar* por” (Cíntia, 2018).

O sentido da *luta* nesse caso, portanto, está associado à necessidade de “fazer valer” os direitos da população – “(...) o *povo* tem aquele direito e eles [MTD] quer fazer valer, quer fazer valer o que existe lá e a gente nem sabe” (Cíntia, 2018). As categorias *direito* e *luta* então se relacionam, já que os primeiros “estão aí”, mas é preciso que nós – pobres, periféricos, tratados de forma genética como *povo* – *lutemos* para garanti-los. Nesse sentido, a *luta* toma contornos de mobilização política quando relacionada às atividades de contestação,

enfrentamento ou denúncia de caráter coletivo – como, por exemplo, manifestações e ocupações promovidas pelo movimento.

No entanto, apesar de ter frequentado algumas dessas reuniões, Cíntia ainda sentia a necessidade de entender de onde surgiu e o que pretendiam aquele grupo de *meninos do MTD* – como foram tratados ao longo das entrevistas –, o que a incentivou a participar do primeiro encontro da coordenação municipal e estadual do movimento.

Cíntia: Nossa, sabe, eu fui pro congresso, eu fui pro primeiro encontro. Como é que é? Primeiro encontro de coordenação municipal e estadual do MTD. Lá que eu fui.

Felipe: Mas você não tinha ido em nada?

Cíntia: Não, eu tinha ido, eu já tinha participado da reunião ali e tal, só que eu não tinha muita base. Eu queria saber realmente quem que era, o quê que era o MTD, que quê esse povo fazia.

Felipe: Hãn.

Cíntia: Da onde que surgiu esse povo, quando que...

Felipe: Cê tava querendo ter uma confiança ali, né?

Cíntia: É! Por que como é que eu vou participar de uma coisa se você me apresenta esse projeto aqui se eu não sei realmente da onde realmente vem?

Felipe: Quê que eles tão querendo.

Cíntia: Porque pra mim era uma liderança antiga, não veio com o Marcos criou o MTD. Eu conhecia eles, mas eu queria conhecer quem fundou o MTD, da onde, a história do MTD eu queria conhecer.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

Ter o contato com a história do movimento, desde seu surgimento no Rio Grande do Sul, permitiu que Cíntia vencesse a desconfiança e reconhecesse a legitimidade do MTD: “(...) que aí eu falei assim, realmente esse é um movimento de homens e mulheres mesmo, pessoas por mais que são estudantes, moram naquele ou naquele local, mas são pessoas que entende que o *povo* tem aquele *direito* e eles quer fazer valer, quer fazer valer o que existe lá e a gente nem sabe” (Cíntia, 2018). O estranhamento e resistência inicial de Cíntia com esses militantes *de fora*, entretanto, também foram discutidos ao longo da entrevista com Rosângela, por isso ainda retomaremos esse debate.

3.2.1 – Antes e depois de ocupar: a família como prioridade

Minha mãe não sabia de nada, minha família não sabia de nada, a única pessoa que sabia era minha irmã. Mas o resto da família, ninguém sabia de nada, quando eu olhei falei assim, e eu trouxe minha sobrinha pra cá também que mora de aluguel, eu falei pra ela participar da reunião tal e ela foi participando, ela tem quatro filhos, os meninos pequenos. Quando eu cheguei que eu vi aquele matagal, que eu não imaginava aquilo. Eu imaginava outra coisa, pelo menos né não tinha o que eu vi, eu olhei aquilo e falei “Nossa, nós vamos passar a noite aqui?”, eu falei “Meu Deus, quê que eu vou fazer com meus filhos?”, e meu menino mais velho tá assim: “Mãe, eu te avisei que esses trem era coisa de loucura, olha aí o quê que o pessoal tá fazendo, olha aí que a polícia vai entrar”. Ele preocupando, aí na hora que a gente entrou, a polícia realmente veio, ele: “Tá vendo, falei que a polícia ia vir, eles vão matar nós tudo aqui dentro desse lugar!”. Aí eles mandou a gente deixar o celular carregado, aí teve gente que não deixou celular carregado, a gente não trouxe a água que eles mandaram porque tinham militante.. eu falava “Meu Deus, o povo não trouxe nada!”. Eu preocupando com meus filhos, preocupando com filho dos outros. Aí eu falei “Meu Deus, que loucura é essa!” (Cíntia, setembro de 2018)

O relato ofegante e acelerado de Cíntia diz bem sobre o que teria sido a noite da ocupação, passado cerca de um ano. Além do iminente risco de repressão policial, o local abandonado se encontrava muito sujo, escuro e cercado de mato, “lotado de madeira velha, poeira” (Cíntia, 2018). Havia uma recorrente preocupação de Cíntia com a integridade de seus filhos e das demais crianças naquela primeira noite, o que se repetiu ao longo da entrevista.

Até o início daquela noite, Cíntia não tinha certeza sobre o horário ou o local previsto para a ocupação – a estratégia faz parte dos procedimentos internos de segurança do MTD. Apesar do sigilo, os militantes envolvidos já haviam recebido orientações de preparação para aquela ação nos encontros dos *grupos de base*, como, por exemplo, a organização do *kit militante* – uma espécie de “kit de sobrevivência”, com itens para básicos para enfrentar aquele primeiro momento da ocupação, incluindo garrafas com água potável, colchonetes e remédios.

Cíntia, entretanto, não esperava receber aquela tão esperada ligação justamente no dia da festa de aniversário de sua irmã, após um cansativo dia de trabalho. “É hoje a *festa!*” – disse um dos integrantes do movimento por telefone, no final daquela tarde, informando Cíntia sobre a ação que ocorreria naquela noite e da necessidade da militante se direcionar para um ponto de encontro às sete horas da noite, onde um ônibus a buscaria junto com seus filhos. Cíntia precisou “driblar” sua mãe, que questionava sobre aquela tal *festa*:

E minha mãe tá assim: "Cíntia, que festa é essa se a festa da sua irmã é aqui?". Eu falei assim "ô mãe, depois eu explico a senhora". E minha irmã já sabia, então minha irmã foi lá e falou assim, já tinha separado umas água congelada lá, foi, tirou, colocou numa bolsa térmica, colocou assim: "Vai, vai dar tudo certo". (Cíntia, setembro de 2018)

Apesar da notícia repentina e de toda aquela correria, já havia suspeitas sobre a localização do imóvel que seria ocupado. As questões em relação ao futuro dos seus filhos novamente protagonizaram as preocupações de Cíntia sobre a ocupação, o que fez com que ela insistisse nos questionamentos sobre a localidade do prédio antes mesmo do dia da ocupação. Era preciso, portanto, saber se haveria disponibilidade de escola próxima para seus filhos ou se haveria necessidade de transferência escolar – “Eu não abro mão de escola pros meus filhos!”, disse Cíntia a um dos coordenadores, que acabou por dar algumas dicas da localização do imóvel para tranquilizar a militante.

Por mais que Cíntia tenha se preocupado com as implicações daquela ação para sua família – do planejamento à execução da ocupação –, e que aquilo tenha gerado uma série de apreensões e receios ao longo do processo de ocupar, ela diz não ter sentido medo. Não foram poucas as situações narradas pela militante de forma dramática, mas aquela palavra acionada por mim durante a entrevista – o *medo*, um sentimento que marcou minha experiência em campo e provocou reflexões ao longo da pesquisa – não parecia adequado para definir o que suas companheiras e ela sentiram.

Cíntia: Aí eu não fiquei com medo, acho que ninguém ficou com medo, porque só quem paga um aluguel sabe o quê que é o peso nas costas.

Felipe: Então vale?

Cíntia: Vale a pessoa ocupar um, fazer uma ocupação mesmo que, que nem a gente assim, hoje a gente tá aqui um ano, mas nós não temos segurança disso aqui nosso.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

A independência do aluguel surge, portanto, como uma das principais motivações para ocupar. Durante toda a entrevista, ele foi tratado como um dos grandes vilões nessa história de *luta* diária pela sobrevivência de mulheres periféricas e pobres como Cíntia, citado por diversas vezes como uma espécie de entrave ou prisão para essas pessoas.

Cíntia: Só que muitas das vezes a pessoa não participa às vezes de uma reunião, de um evento, também por falta de *oportunidade*, às vezes a pessoa tem nada, nem o que comer gente, porque às vezes a vida da pessoa dentro da Pedreira também é difícil. O povo vê assim o perigo da Pedreira do lado do tráfico, mas existe tanta gente que trabalha duro por aí e às vezes não tem condição de nada mesmo, porque vive pra pagar realmente o aluguel. Eu falo hoje, se eu sair daqui, eu não tenho condições de pagar um aluguel num predinho daquele ali dentro da favela. Um predinho dentro da favela é 700 reais o aluguel!

Felipe: Nossa senhora.

Cíntia: Fora a água e a luz.

Felipe: E a luz.

Cíntia: Aí você vai comer o que? Com dois filho, com um salário mínimo, o quê que você vai comer?

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

O debate sobre a precariedade das condições de vida em comunidades como a Pedreira, entretanto, não passa somente pela questão material – sobre ter ou não dinheiro para sobreviver – mas também por outro elemento central e prioritário: o bem-estar dos filhos. O projeto material de Cíntia, portanto, está a serviço da *família* – passa, portanto, pela garantia de uma vida digna para seu núcleo familiar.

Teresa Pires do Rio Caldeira (1984) e Eunice Durham (1986) realizaram pesquisas precursoras no campo da Antropologia envolvendo comunidades periféricas de São Paulo na década de 1980. Naquele contexto político-histórico, diante de um processo de redemocratização e ascensão dos chamados “novos movimentos sociais” (Doimo, 1995) esses trabalhos refletiam sobre a percepção desses grupos sobre sua vida cotidiana e em como essas visões de mundo se relacionavam com novas formas de mobilização e organização política.

Esse processo de construção de novos sujeitos, formas e visões sobre a política, entretanto, é influenciado por outras esferas da vida privada e cotidiana das populações periféricas, como religião, família, vizinhança e compadrio (Dias de Andrade, 2010, p.9). A percepção desses grupos sobre suas carências e demandas coletivas, portanto, como discutiam essas pesquisas, está relacionada a um processo de “cotidianização da política” (Dias de Andrade, 2010, p.18). Especificamente quanto à *família*, Eunice Durham discute como – ao longo de suas pesquisas – ela se mostrou como um elemento básico de organização do modo de vida desses grupos:

Note-se que a família desempenha um papel-chave nessa articulação uma vez que, colocando seus diferentes membros como indivíduos no mercado de trabalho e reunindo os diferentes rendimentos assim obtidos para o consumo comum, constitui a instância na qual são mutuamente referidos o salário (obtido individualmente) e o custo de vida (que condiciona o consumo coletivo). Além disso é à família propriamente que se aplica o projeto de "melhoria de vida", pensado como processo intergeracional e que exige a qualificação crescente dos trabalhadores. Note-se que essa qualificação é sempre apresentada como sendo de responsabilidade privada do trabalhador e de sua família. É na família, portanto, que se articulam as referências ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo, a dimensão privada e a social na relação necessária entre *salário* e *custo de vida*. (Durham, 1986, p.10)

Como o consumo é essencialmente familiar (Durham, 1986, p.10), a percepção das carências é construída no ambiente privado das relações e necessidades da *família*. É a partir dessa “base” que esses grupos pesquisados elaboravam suas concepções sobre direitos e mobilização política (Dias de Andrade, 2010, p.16). Segundo Caldeira (1984), em sua pesquisa em uma comunidade periférica da Grande São Paulo, na década de 1980, a percepção da *família* como um valor que norteia o projeto de vida se destaca ainda mais entre as mulheres:

Os sonhos/projetos de mulheres são feitos muito mais para os outros do que para si mesmas, ou melhor, o que se quer para si são coisas para os outros. Antes de mais nada, são sonhos para os filhos, para quem se “tem que tentar melhorar”, ou pelo menos anular aquilo que a própria vida teve de mais negativo e doloroso, como o trabalho doméstico ou na fábrica. Todos esperam que os filhos estudem, “sejam alguém, que melhorem”. (Caldeira, 1984, p.180)

Essa força motivadora, capaz de unificar pessoas em torno de projeto coletivo mais amplo de mudanças sociais, também faz parte do repertório simbólico do MST (Chaves, 2000), organização-mãe do MTD. A construção da identidade sem-terra está baseada na luta pela terra como forma de garantir a unidade e a continuidade da família (Chaves, 2000, p.122), explicitada inclusive em importantes símbolos do movimento, como sua bandeira. A *família*, entretanto, não é só importante como um valor simbólico para as militantes do MTD, como também é um elemento central na organização e dinâmica interna da Ocupação Pátria Livre.

A ocupação é organizada a partir da unidade familiar – cada família tem direito a usufruir de certo espaço em cada andar do prédio, assim como também tem suas obrigações internas nesse projeto coletivo de moradia. Cíntia é responsável pela gestão financeira do grupo e tem se esforçado para construção de um pensamento coletivo entre as famílias moradoras:

Somos 10, 14, 15 famílias, vamos aí. Nós vamos fazer o orçamento legal, bonitinho, apresenta pros moradores. “Ó, vai dar X valor pra cada pessoa”, aí “eu não tenho dinheiro”, aí eu entro. Aí eles falam que eu sou um pouco grossa, mas não é que eu sou um pouco grossa. Aí eu entro: “Aonde que tá sua bolsa família, aonde que tá o seu benefício, aonde que tá o seu dinheiro?” Porque se eu tivesse pagando o aluguel, taria pagando, eu vou mais pela realidade, porque eu pagava 650 de um aluguel que era um quarto, um corredor, uma cozinha e um banheiro, e eu não tinha que ter aquele dinheiro todo mês pra pagar o dono? (Cíntia, setembro de 2018)

Apesar da fama de rígida, Cíntia ressalta a necessidade de construir laços de confiança e solidariedade entre as famílias. É cobrada a participação de cada família nos gastos internos da ocupação, mas também existe uma avaliação diferenciada com ocupantes em situação financeira precária, especialmente aqueles que vivem somente da renda de programas como o Bolsa Família – “(...) mas aí a gente também começa a ensinar a pessoa a administrar o que ela tem (Cíntia, 2018).”

No ambiente coletivo e cotidiano da ocupação, a confiança e a boa convivência são construídas pela disciplina. Há uma definição clara de regras, tarefas e responsabilidades internas, referendadas por reuniões e por um estatuto criado antes mesmo do início da ocupação – prevendo, inclusive, a expulsão de famílias que não se “enquadram”. A tolerância zero para desvios de conduta – posse de drogas e armas, por exemplo – se justifica pela necessidade de se criar um ambiente de confiança mútua no interior da ocupação, onde a divisão entre a moradia de uma família para a outra se dá somente por uma lona. Entretanto, a rigidez com os regulamentos internos – seja na gestão financeira, na divisão de tarefas ou nas regras de segurança –, convive com um espírito de solidariedade e apoio mútuo entre os ocupantes:

Aí a gente faz de tudo que a família que chegue ela se sente num ambiente de casa, mesmo que não tenha parede, mesmo que ainda ela tenha que dividir o banheiro dela com alguém. Só que aí, aí fica a confiança e a desconfiança, porque o que é seu é dos outros, porque como que uma lona vale? (Cíntia, setembro de 2018)

As preocupações, motivações e mobilizações de Cíntia tem um caráter coletivo. Sua ação e seu discurso sempre passam pela questão da *família* – seja por suas aflições quanto ao bem-estar de seus filhos, seja por essa nova família chamada Ocupação Pátria Livre, seja pelo movimento social que lhe acolheu como um membro familiar. Durante a entrevista, Cíntia

usou, de forma recorrente, a categoria *família* para denotar um valor positivo às mobilizações e formas de organização políticas. Trata-se, portanto, de valorizar esse espírito coletivista, presente na relação familiar e projetado na experiência política.

E acaba o que, ela querendo se fixar ali no MTD, porque ela sabe que ali não tem só pessoas pra falar da política, pra falar que ah, política, o presidente, o governo, o estado, não, ela tá ali também pra ser *família*. E é o que eu vejo do MTD, que eles são pessoas que a todo tempo tão com você, não há nada que a gente assim, só se for uma coisa bem impossível mesmo que depois dessa ocupação, eu não vejo nada de impossível pra eles. (Cíntia, setembro de 2018, grifo nosso)

Carlos Filadelfo (2015), em seus estudos envolvendo grupos “sem-teto” organizadas em movimentos de luta por moradia no centro de São Paulo, discute como a categoria família pode envolver significados mais amplos do que uma ideia essencializada para o termo – “um grupo doméstico e privado, com papéis no seu interior muito claros” (Filadelfo, 2015, p.18). Nas trajetórias de mobilização e convivência coletivas desses militantes, a *família* está associada a uma série de outros sentidos para além daquele relacionado à unidade de reprodução biológica, “resultado da coabitação, do desenvolvimento de afetos, da alimentação compartilhada, do cuidado com os filhos” (Filadelfo, 2015, p.60).

Como defende Filadelfo (2015), as famílias produzem o movimento assim como o movimento produz famílias (2015, p.252). As pessoas que compartilham desse espírito coletivo, materializado na ideia da preservação e cuidado mútuo da *família*, são valorizadas por Cíntia. A jovem militante não se comoveu ao tratar das dificuldades financeiras ou da tão dramática aventura de ocupar um prédio abandonado cercado pela polícia, mas não conseguiu segurar as lágrimas ao se lembrar de Ana, uma de suas companheiras de ocupação.

Ana faz parte da coordenação da Ocupação Pátria Livre e mãe de um jovem garoto com deficiência. Cíntia se emocionou – e me emocionou – por admirar o exemplo de Ana, uma mãe guerreira com “força pra cuidar da família dela e ainda ajudar todo mundo aqui nessa ocupação” (Cíntia, 2018). Enquanto outras famílias teriam desistido de morar na Pátria Livre, depois de saberem que teria que dividir espaço no prédio com outros grupos, Ana aceitou o desafio de participar da ocupação do prédio, inclusive com seu filho deficiente presente naquela primeira noite.

Cíntia se comoveu novamente com um tema relacionado à *família*, quando se lembrou da realidade de muitas das mães na Pedreira: a violência e o assassinato de seus jovens filhos na guerra do tráfico de drogas. A militante expressou uma preocupação e certa desolação, aparentemente compartilhada por outras mães, quanto ao futuro de seus filhos, criados naquele contexto de extrema violência e constante aliciamento de jovens por parte do tráfico.

Cíntia: A gente viu, tem assim, um homicídio que aconteceu aí há pouco tempo, que de lá da rua a gente viu os gritos da mãe aqui dentro do prédio, assim pra gente que é mãe é triste.

Felipe: É.

Cíntia: “Cê vê uma mãe chorando, gritando, porque o filho envolveu. Não por ela, não pelos pais, porque o filho envolveu, chegou ao ponto da cabeça do menino ser decepada, então é uma coisa assim, é uma coisa forte.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

Cíntia: A nossa realidade é muito triste que eu fico olhando assim, se os jovens não têm *oportunidade*, eles nunca vão saber, eu sinceramente acho que existe jovem que não sabe nem o quê que é um curso técnico, porque não tem a *oportunidade* de conhecer isso.

Felipe: Nem sabe o quê que é.

Cíntia: Nem sabe, porque a vida deles, eles acha que eles tem que crescer e vê aquilo ali, a realidade daquele traficante e que a vida deles tem que ser aquilo e não é. Nós não criamos nossos filhos pra ser assim, acho que mãe nenhuma quando ela é mãe, ela cria o filho pra, ela tem o filho pra ir pra esse mundo errado.

Felipe: Ahã.

Cíntia: E é triste assim, eu sofro assim quando eu vejo uma mãe chorando, por isso é triste demais ver uma mãe gritando sem poder fazer mais nada.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

Para Cíntia, a ideia daquela ocupação, inclusive do ponto de vista arquitetônico e das funções dos espaços internos do terreno, transcende a questão da simples oferta de moradia. A Pátria Livre seria, antes de tudo, uma fortaleza capaz de proteger seus filhos de um mundo externo tão nocivo. O fator *família*, portanto, mobiliza a *luta* política por aquele terreno, baseada em uma percepção de Cíntia sobre suas carências que transcende a questão material e sua condição de classe. Cynthia Sarti (2003), em seu estudo com moradores de um bairro periférico de São Paulo na década de 1980, discute sobre como a família nesses contextos funciona como uma referência simbólica:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família constitui uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e serve de parâmetro moral para sua explicação do mundo. (Sarti, 2003, p.61)

Nas negociações com a Prefeitura e o proprietário do imóvel, mediadas por uma mesa de negociação do governo estadual, uma proposta do poder executivo municipal previa a construção de mais prédios e da exclusão de uma área livre da ocupação. A proposta revoltou Cíntia, que ressaltou a importância do espaço para blindar as crianças e adolescentes do contato direto com a realidade do tráfico. Além disso, seria uma fonte de *oportunidades* para a população da Pedreira, carente de alternativas para um caminho trágico, tratado como natural: violência, pobreza e desemprego.

Porque infelizmente é a *oportunidade* que eu sei lá, o governo não deu, o Estado não vê, as prefeituras não vê, aí quando a gente vem, faz o que a gente fez, ocupou, não ocupou porque a gente quer é, ter dinheiro que sobra, mas sim por ter o dinheiro que sobra na nossa mesa, na educação do nosso filho, na roupa, no sapato pra ele não entrar no crime, o governo não vê isso, os representantes da prefeitura não vê isso. (Cíntia, setembro de 2019, grifo nosso)

A ideia de *oportunidade* foi acionada por Cíntia ao longo de sua entrevista, tratada como fator essencial para possibilitar um futuro diferente daquele já projetado para essas famílias pobres e periféricas. A ocupação garante a *oportunidade* de mães como Cíntia conseguirem ter dinheiro para investir no bem estar e futuro de seus filhos; permite a *oportunidade* dessas pessoas terem um local na comunidade para conversar e aprender melhor sobre os seus direitos; e ainda promove a *oportunidade* de renda e emprego para as mulheres moradoras, conforme prevê o projeto do MTD para a instalação de uma cozinha industrial no galpão da Pátria Livre.

A ocupação, portanto, além de representar uma saída para a necessidade concreta da moradia, é um meio – uma *oportunidade* – para avançar sobre outros tantos direitos. O Estado – os *representantes*, ou simplesmente *governo* –, que não foi capaz de promover um ambiente saudável para os filhos da comunidade e melhores condições de vida para tantas famílias, agora aparecia para deturpar o projeto coletivo daquela ocupação.

Cíntia: Aí eles também, aí a prefeitura agora já falou que tem esse projeto há muitos anos, que eles têm projeto lá pra fazer isso, mas aí a gente alegou “como assim que eles têm esse projeto sendo que nunca foi falado, esse prédio ficou parado há quantos anos?”

Felipe: Sim, pois é.

Cíntia: E por quê que a prefeitura, com poder aquisitivo e eles tem as verbas pra exercer isso, eles não fizeram isso pra beneficiar os moradores da Pedreira? Antes mesmo de existir essa ocupação. Mas na primeira mesa, eles não tinha essa essa fala, essa na pauta deles não tinha essa fala.

Felipe: Ficaram só olhando.

Cíntia: Aí eles ficaram né, só observando, viu que nossos projetos era algo enriquecedor pra sociedade, aí eles vieram falando que isso a metade do galpão é deles, não sei o quê, não sei o quê, e tá aí nessa *luta*. Mas eu acho incrível quando a pessoa tá ali com o trem dando bicho e ninguém entra, e agora a gente tem projeto, tem *sonhos* e eles com poder aquisitivo né, tanto político como financeiro, e nunca idealizou esse projeto deles aqui.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2018, refletir sobre as expectativas quanto o futuro da ocupação significava, invariavelmente, pensar sobre os possíveis cenários políticos para o próximo período. Cíntia reconhece, de forma pragmática, que a situação da ocupação é instável e que o andamento da negociação dependerá do resultado das próximas eleições. Mas, para além da ocupação, *sonhos* e *oportunidades* estão em risco.

E ainda se eu fazer se eu pagar meu aluguel com dois filhos, um de 17 também que *sonha* em fazer uma faculdade, com outro de 11 que também fala “eu também quero estudar” e tem esse potencial pra estudar, se eu pagar meu aluguel, eu não vou ter condições de arcar isso. E esse *representante* que vai tá lá em Brasília lá, na presidência, no estado, no governo lá, eles não apoiar uma ocupação, eles não vai tá só eliminando aquela ocupação, **eles vão tá matando o sonho de muita gente**. Aqui todas as jovens que tem vem da ocupação Pátria Livre são pessoas interessadas no estudo, são pessoas que *sonham* em crescer e falam “nossa, hoje eu tô na ocupação com a minha mãe, mas graças a deus eu tô tendo *oportunidade* de fazer o curso, eu tô tendo *oportunidade* de ter meu primeiro emprego”. Porque quando tinha o aluguel, a pessoa não tinha essa *oportunidade*. Porque alguns tinham que ficar em casa pro outro trabalhar. (Cíntia, setembro de 2018, grifo nosso)

Embora haja a possibilidade real de despejo e do fim do *sonho* da ocupação, Cíntia entende que esse período já foi capaz de abrir portas para várias famílias, como a dela. Livrar-se do fardo do aluguel permitiu que essas pessoas pudessem se reorganizar financeiramente e *sonhar* como uma nova possibilidade de vida. *Lutar* por esses *sonhos* significava, naquele

momento, lutar pela eleição de *representantes* comprometidos com os anseios de comunidades pobres como a Pedreira.

Luta, assim como discute Comerford em seus estudos envolvendo trabalhadores rurais na Bahia (1999b), assumiu diversos significados no discurso de Cíntia. Em certos momentos, o sentido da *luta* esteve relacionado a um esforço e resistência cotidianas dessas mulheres para sobreviver e, especialmente, garantir uma vida digna para sua família – diante das limitações financeiras, da dificuldade do acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade, da violência cotidiana, etc. Em outros momentos, o sentido da *luta* esteve associado à outra categoria – os *direitos*, que “não caem do céu” e exigem que o *povo lute* para poder “fazer valer”.

No contexto eleitoral, *lutar* significa “fazer valer” mais um direito da população: a escolha de *representantes* por meio do voto. A *luta* envolve garantir o esforço máximo desses militantes em convencer seus amigos, familiares e vizinhos sobre a necessidade de votar em candidatos “pra *representar realmente o povo*” (Cíntia, 2018, grifo nosso). Não se trata, portanto, da escolha de um candidato para a representação política dentro dos preceitos da democracia formal, mas sim de indivíduos moralmente engajados com as demandas das classes populares.

Mesmo reconhecendo as dificuldades, ainda mais em um processo eleitoral tão polarizado e imprevisível, Cíntia exalta a importância do trabalho de “boca a boca” como forma de angariar votos em seus candidatos, citados explicitamente – Fernando Haddad (PT) para presidente, Fernando Pimentel (PT) para governador e Rogério Correia (PT) para deputado federal.

Cíntia encerra nossa conversa esperançosa. Ressalta que, esse *povo* que tanto tem sofrido, sonha em ter políticos que os representem de fato. Apesar da história recente de mobilização política das mulheres organizadas pelo MTD ter sido desenvolvida por vias não institucionais – inclusive pela incapacidade institucional do Estado em responder às demandas e carências dessas comunidades –, Cíntia entende que é seu dever estender sua *luta* para o campo das batalhas eleitorais.

Poucos dias após o atentado contra Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral, parecia ainda difícil imaginar que o candidato do PSL chegaria ao posto máximo da política institucional brasileira. Entretanto, desde aquele dia, Cíntia já previa que *representantes* como Bolsonaro, “oportunistas de plantão”, não *representariam o povo* brasileiro – ou seja, não teriam o

compromisso com as causas e demandas da população, especialmente aquela mais pobre. De governantes que não *representam* o povo, segundo Cíntia, já basta Michel Temer: “não me *representa* nenhum pouco, nunca me *representou*, nunca *representou* minha *família*”.

3.3 – Rosângela

Terminada a entrevista, pedi a Cíntia que me ajudasse a chegar na casa de Rosângela, minha próxima entrevistada em outro ponto da Pedreira, naquele mesmo dia. Cíntia, do portão da ocupação, chamou uma moradora do bairro que passava pela rua e pediu que me acompanhasse até a o endereço. Prontamente, a jovem que carregava seu filho no colo e uma mochila pesada nas mãos se infiltrou pelo meio de ruas e becos da vila para me levar até a casa de Rosângela.

Transitar por aquelas vielas, a princípio, deixou-me um pouco apreensivo. Mas, estar ao lado de uma moradora do bairro me tranquilizava – ao longo do caminho, todos se reconheciam, cumprimentavam-se e perguntavam sobre a família de cada um. De forma a retribuir a gentileza de me ajudar a “atalhar” pela favela, ofereci-me a carregar sua mochila ao longo do trajeto. O senso de solidariedade e cuidado mútuo dessas pessoas, de certa forma, era o que ainda me impressionava, desde a entrevista com Cíntia.

Ao chegar próximo à rua de Rosângela, a moradora apontou o endereço e seguiu seu caminho. Ao longo da caminhada, com dificuldades para confirmar a entrevista por meio de mensagens de *Whatsapp*, decidi que não perderia a viagem e arriscaria tentar encontrá-la mesmo sem essa confirmação. Bati no portão e, por sorte, Rosângela estava lá – disse que, devido a uma discussão no *Facebook* com um simpatizante de Bolsonaro, já estava se esquecendo do horário da entrevista.

Durante toda a entrevista, Rosângela reforçará essa primeira imagem – uma mulher de opiniões firmes e sem “papas na língua”, que não hesita em debater e externar suas visões sobre a política com quem quer que seja. A militante tem uma longa trajetória de liderança e ativismo social na Pedreira Prado Lopes, anterior à consolidação do MTD no bairro, e, apesar de ter participado do processo de ocupação do prédio desocupado, segue morando em outro imóvel alugado.

Bem recebido em sua casa, iniciei a entrevista com Rosângela e eu acomodados em dois sofás. A militante de 52 anos de idade, solteira e evangélica, trabalha como professora em uma creche ligada a uma igreja neopentecostal e é filha caçula de uma família que sempre morou na Pedreira. Sua mãe, após perder o marido por complicações do alcoolismo, teve de criar oito filhos em condições de muita dificuldade:

Rosângela: (...) Às vezes a minha mãe trabalhava o dia inteiro, comprava comida pro outro dia, porque era assim, a gente passava muita necessidade, fome mesmo. Quando ela conseguia comprar, ela comprava a comida pra fazer no dia seguinte, então era meio quilo de arroz, um pouquinho de feijão e batata, era o que eu conhecia.

Felipe: E para os filhos tudo?

Rosângela: Para os filhos tudo. E era assim...

Felipe: E ela sozinha?

Rosângela: Ela sozinha. E à noite, a comida que era dela comer, ela punha no saquinho de plástico e trazia pro meu irmão caçula, porque tava eu, o meu irmão e o outro mais novo, porque somos três mais novos, com tuberculose.

Felipe: Nossa.

Rosângela: E tinha que comer, então ela não comia, ela trazia a comida dela, e aquilo ali esquentava, punha farinha, e eu lembro dela fazendo assim com a comida e pondo na mão da gente, sabe? E a gente comia assim na mão, porque nem gastava prato, os três, e os outros ficavam olhando, porque não tinha pra todo mundo.

(Entrevista com Rosângela, setembro de 2018)

Os relatos sobre a infância de Rosângela não só expuseram um difícil contexto de profundas carências econômicas – explicitando em dois momentos da entrevista, inclusive, que foram tempos de convívio constante com a fome – como também revelaram as expectativas colocadas para aquela jovem garota: a prostituição ou o crime.

Aí, então, aí a minha mãe criou a gente aqui, a gente foi criada sozinha aqui, porque a minha mãe saía cedo e a gente ficava pelas ruas assim. Eu lembro que quando eu fiz oito anos mais ou menos, nove anos, e eu tomava muita bomba na escola assim, era muito indisciplinada mesmo, e a professora falou pra minha mãe que ia me expulsar, eu já tinha sido suspensa duas vezes, aí ela ia me expulsar, com 10 anos ela me expulsou da escola, porque ela falou que eu não aprendia e porque eu... não tinha jeito pra mim não, eu ia ser prostituta ou ladra, não tinha outra história pra mim não. (Rosângela, setembro de 2018)

Rosângela contava com certa naturalidade essa história de desesperanças e violentações, como se realmente não houvessem outras alternativas para aquele caminho “natural” para a trajetória de vida de mulheres pobres e periféricas como a dela. A violência policial também fazia parte do repertório de abusos cotidianos e naturalizados sobre as famílias da Pedreira, explicitada em um dos mais chocantes trechos da entrevista de Rosângela:

Rosângela: (...) Aí quando eu fiz uns 16 – 17 anos, eu... aqui na Pedreira tinha muita coisa de estupro, sabe assim, os bandidos estuprava muito, a polícia estuprava muito aqui, a polícia entrava na casa da gente e fazia miséria, miséria, não tinha uma noite que você dormia em paz, a minha mãe nem arruma a porta mais, a minha já deixava a porta assim, sabe quando a porta aí e você só põe assim.

Felipe: Só escora.

Rosângela: Só escora. Era só assim, porque a polícia ia quebrar mesmo, toda noite. E aí eles marcavam a nossa casa, tipo assim, aqui já entrei, se tivesse uma bolinha e um X, já entrei, mas é melhor entrar de novo, então às vezes entrava três vezes a equipe de polícia.

(Entrevista com Rosângela, setembro de 2018)

Diante das dificuldades na escola e da exposição a um ambiente de dificuldades e abusos cotidianos, a mãe de Rosângela decidiu levá-la ao trabalho todos os dias – “mulher não precisa saber ler e escrever não, mulher precisa aprender a trabalhar”, teria dito sua mãe. Já adolescente, Rosângela teve a oportunidade de voltar a estudar após participar de um projeto da antiga FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), citada como uma experiência reveladora para aquela então adolescente.

Ali, em contato com professores de uma “linha marxista”, Rosângela teve seus primeiros contatos com o debate político. A militante acredita que, devido a seu perfil de “tomar frente”, de liderança, esses professores incentivaram Rosângela a se envolver com a militância política. Nesse período, foi convidada a participar de mobilizações da campanha “Diretas Já” e se aproximou do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mas Rosângela demonstrou certa resistência em se envolver com o que ela trata como *lutas de fora*.

Rosângela: (...) Aí tal, aí depois eu peguei e fiquei aqui na Pedreira, a minha *luta* sempre foi aqui dentro, nunca foi de ir pra *fora*, primeiro que a gente nunca foi aceito lá *fora*, né, a vida inteira assim, quem mora em comunidade, favelas, é aceito assim, a gente é criado pra *dentro*, pra você vê, o centro é ali, eu moro no centro, né, se você for pensar bem, eu moro no centro, mas a cidade nunca foi pra gente, então a gente vai daqui ali, que assim, os 50, sei lá, a gente

chega 15 minutos andando de boa, e aí a gente fala, “eu vou lá no centro”, como se fosse uma coisa muito longe da gente, sabe?

Felipe: A cidade.

Rosângela: É. Então a cidade não foi feita pra nós, os pobres, negros, essas coisas. Aí, mas eu sempre ficava muito encafifada com isso, sabe, mas eu tinha muito de ir, então as minhas *lutas* eram aqui *dentro* mesmo. Aí uma vez eu lembro que eu queria ser comunista, e a minha mãe com essa coisa, “Rosângela do céu”, aí fui parar lá no PCdoB, eu devia ter uns 16 anos, “eu vou lá ver o que é isso de verdade”. Aí eu fui parar lá no PCdoB, aí o povo ficou louco, “nossa, nunca tinha ninguém de favela, o sonho da gente é entrar nas favelas, mas a gente não consegue, porque não sei o quê, não sei o quê”. Aí eu achei a oferta muito, muito... sabe assim, “tô fora, tem alguma coisa errada nessa bagaça aqui”. Aí eu vim pra cá e continuei aqui a vida toda, trabalhando aqui e tal.

(Entrevista com Rosângela, setembro de 2018, grifo nosso)

Apesar do flerte com a militância política e as *lutas de fora*, Rosângela viu na *Igreja* como a única possibilidade de preservação e sobrevivência diante de um quadro social tão nefasto. Convertida como evangélica em São Paulo, Rosângela frequentava a Igreja Batista da Lagoinha – naquela época, uma pequena igreja.

E na verdade, no começo eu ia lá por causa do lanche, porque lá dá o lanche, eu punha um monte de menino na salinha, ia lá, lanchava e vinha embora, e aí depois eu me converti e fui pra lá pra ficar livre das cobranças da Pedreira, né, do meio e do estupro. Aí fiquei lá, assim, aí todo mundo falava, “tem que respeitar a Rosângela, porque a Rosângela é crente, e também, né, a Rosângela é diferente”. E isso assim, eu lembro que eu era pequena assim, eu adorava fazer discurso, eu punha um caixote assim e fazia discursos assim, eu juntava mulheres e colocava em uma sala, eu pedia a sala de aula emprestada a noite, nunca tinha feito sexo, dava aula de sexualidade pras mulheres, li o livro da Marta Suplicy, ia lá e ensinava as mulheres. (Rosângela, setembro de 2018)

Eu sempre fui muito excluída da *Igreja*, mas eu queria ir à *Igreja*, porque a *Igreja* me dava isso que a Pedreira queria me tirar, que era a minha dignidade, então assim, as pessoas me viam diferente, então pra eu me manter inteira aqui, eu precisava tá lá, sabe assim? (Rosângela, setembro de 2018)

Igreja foi a categoria utilizada para descrever essa instituição religiosa de forma ampla, representando não somente a referência hierárquica de uma rede de igrejas, como também um corpus de valores compartilhado por suas lideranças e esperado por seus fiéis. A *Igreja*, especificamente no caso de Rosângela, foi tratada como um “refúgio”, onde, entretanto, nunca

teria deixado de ser o que era – uma agitadora social e líder política nata, envolvida com as *lutas* corriqueiras e cotidianas, *de dentro*.

A história da relação de Rosângela com organizações *de fora*, entretanto, ganhou um novo capítulo quando conheceu os *meninos* do Levante Popular da Juventude: “Primeiro foi com o Levante, depois com o MTD. Eu não participada do Levante, mas eu fui atrás do Levante, chegou lá e eu encontrei o MTD junto, entendeu?” (Rosângela, 2018).

A aproximação com o Levante Popular da Juventude, organização estudantil tratada como *apoiadora* pelos coordenadores do MTD, deu-se por meio do contato com uma sobrinha de Rosângela, que conheceu integrantes do movimento no programa Fica Vivo. Rosângela buscou o contato com integrantes do grupo em uma manifestação durante o Grito dos Excluídos daquele ano, o que fez com que a militante tivesse acesso às práticas de mobilização política desses *meninos*.

Aí entrei na fila, marchei com eles, eu ouvi aquelas palavras de ordens, a mulher deixou o fogão pra fazer revolução, essas coisas que eu nunca tinha ouvido assim, sabe, porque como eu ficava muito mais interno, eu não entendia essa coisa de feminismo, eu não entendia, eu não tinha essa visão assim do todo não. Aí ele pegou, conversei ele com lá na Avenida Afonso Pena, “vamos marcar um dia pra ir lá na sua comunidade”, aí marquei com ele, veio ele, o Marcos e a Carla. (Rosângela, setembro de 2018)

As formas de contestação e protestos atraíram Rosângela, que pensou na possibilidade de apoio do Levante para alguma *luta* interna da comunidade. O contato entre Rosângela e integrantes da coordenação do MTD, promovida naquela manifestação, resultou em uma reunião na Pedreira. Dali para frente se iniciou o que Rosângela tratou como “parceria” com os *meninos* do MTD.

Aí chegaram aqui, mostrei pra ele a comunidade, as obras do parque, a Pedreira toda quebrada, parecendo, sabe, que teve guerra aqui nesse lugar, uma coisa de louco assim, aí eles falaram, “vamos fazer uma reunião? Você consegue juntar pelo menos umas 20 pessoas?”. “Que 20, deixa comigo”. Aí fiz uma reunião com eles, a primeira tinha umas 200 pessoas assim, aí eles vieram sabe, explicaram quem eles eram, aí a gente começou a parceira. O Marcos veio, eles me chamaram pra fazer parte do MTD, eu resisti um pouco, e aí foi isso. (Rosângela, setembro de 2018)

A resistência em fazer parte do MTD, também relatada na entrevista de Cíntia, tem relação com a oposição de categorias utilizada por Rosângela para diferenciar as pessoas: os *de fora* (do “asfalto”, da “cidade”) e os *de dentro* (da “Pedreira”, da “comunidade”, da “favela”). Nessa divisão de mundo, inclusive, não há lugar neutro para esse estudante/sindicalista.

Felipe: Agora, você falou que teve resistência, teve resistência por quê?

Rosângela: Resistência como?

Felipe: Com o MTD que você falou, na aproximação, pessoa de fora.

Rosângela: Não, mas isso é muito normal, sabe assim, é porque pra gente, pra gente é muito difícil assim, quando eu teve vejo, apesar de você ter uma pele morena, você não é negro, mas você tem a pele morena e tal, mas isso não é produto do meio, o que um menino do asfalto que fazer dentro da comunidade? A vida inteira só vieram pra quê? Pra explorar, só vieram pra usar, só vieram pra...

Felipe: Oportunista, né?

Rosângela: Só pra isso. Então quando você vê um monte de menino branco, de faculdade, porque até então faculdade era só pra quem tinha dinheiro, o pobre ele só estudava até a 4ª série, depois de mil... de 2000, opa, agora posso fazer até o 2º grau. Então quem tinha o 2º grau em comunidade é rei, entendeu? Aí vem menino de faculdade pra cá querendo ajudar.

Felipe: Você fica assim, né?

Rosângela: Não, a gente fica, né: “querendo ajudar?”. É muito estranho isso. Aí eu lembro que tinha uma música que falava assim, “a crise é dos ricos, o pobre é que se fode, no poder só tem playboy”, mas esses playboy, sabe? Eu ficava assim, nossa, os caras é do poder, então assim, tinha uma desconfiança, no fundinho tinha uma desconfiança, o quê que esse povo quer aqui, sabe? Tá bom que eu fui atrás, eu fui atrás e eles aceitaram, mas e daí, o quê que tem por traz disso, sabe? **Ninguém luta por lutar, ainda mais quando a luta não é sua**, entendeu? Eu lembro que tem uma menina da terra, Marina, e ela sempre falava comigo, e ela já estava no Levante, e o Junior, eles sempre falavam comigo, “Rosângela, eu estou no Levante, mas a *luta* deles não é minha, eles *lutam* por bandeirão, pra melhorar a comida na faculdade, quando que eu vou pra faculdade?”.

Hoje eles estão na faculdade, mas quando que eu vou pra faculdade? Então é isso, sabe, essa *luta da cidade*, que às vezes a gente fala, “ah, vamos levar o povo lá pra brigar pela Dilma, vamos levar lá o povo”, *não é a luta nossa*, entendeu? **A nossa luta do dia a dia é outra**, e é por isso que eu fiquei assim e fico sempre, sabe assim, isso é da gente mesmo, o pobre favelado é desconfiado, mesmo que ele se abre.

(Entrevista com Rosângela, setembro de 2018, grifo nosso)

A divisão entre pessoas *de fora* e *de dentro* está associada à caracterização do que seriam as *lutas de dentro* e *de fora*. Rosângela esteve presente em uma série de manifestações e mobilizações por *lutas de fora* – pautas coletivas bem amplas, que dizem respeito à população brasileira como um todo, como a defesa dos direitos da classe trabalhadora e a defesa da democracia –, e não nega a importância dessas bandeiras. Entretanto, entende que a *luta* dela, do *favelado*, é diferente.

Apesar de reconhecer a importância das *lutas* políticas mais amplas, inclusive fazendo com que tenha inúmeras discussões sobre as eleições, Bolsonaro e Lula, há uma clara desconfiança com aqueles *de fora* que se colocam a disposição para as *lutas de dentro*. Rosângela relaciona esse “pé atrás” a um sentimento histórico de abandono e traição, seja por parte dos políticos ou até das organizações de esquerda:

Mas é porque eles deu isso pra gente, né, se você pensar bem, eles dão isso pra gente, tantos os movimentos, quanto os sindicatos, quanto os políticos, eles dão isso pra gente, eles dão pra gente tudo pra desconfiar e pra querer ficar longe, entendeu assim? É muito louco isso. E aí o que eu aprendi foi que, a gente pode andar junto, a gente pode fazer coisa juntos, é o que a Heloísa fala, “você pega o que é bom, retém o que é bom e o que não for você joga fora”, entendeu assim? (Rosângela, setembro de 2018)

A “parceria” de Rosângela com o MTD expressa como se dá essa relação desconfiada com movimentos e pessoas *de fora*. Pessoas como Rosângela não são simplesmente cooptadas ou comandadas por grupos políticos *de fora*, portanto não agem como sujeitos políticos passivos – essas relações envolvem agências, negociações e trocas que se concretizam em alianças e apoios políticos. Cíntia, em sua entrevista, também relatou sobre resistências na comunidade em relação aos *meninos* do MTD:

Eles fala “ah, a gente não precisa”, não, não é isso que você tá pensando. Por a gente ser de favela, é o playboy que tá vindo lá do asfalto pra ajudar nós favelado aqui. E a gente não conhece de lei, a gente não conhece de estatuto, a gente não conhece nada e eles que vão lá dar, *abre alas pra gente*, mostra pra gente o quê que é lei, o quê que é decreto e a gente vai começando a ter interesse e vai tocando a vida. (Cíntia, setembro de 2018, grifo nosso)

Aí chegou lá que eu fui conhecer a história do MTD, quem que é o MTD, da onde que é o MTD, acho que é Rio Grande do Sul ou Rio Grande do Norte, não lembro bem que.. (...) Que surgiu o MTD, por uma ocupação, por pessoas trabalhadoras, que aí eu falei assim, realmente

esse é um movimento de homens e mulheres mesmo, *peessoas por mais que são estudantes, moram naquele ou naquele local*, mas são pessoas que entende que o povo tem aquele direito e eles quer fazer valer, quer fazer valer o que existe lá e a gente nem sabe. (Cíntia, setembro de 2018, grifo nosso)

A proximidade com coordenadores do movimento – os *meninos* do MTD – facilitou o acesso ao campo e trouxe certa tranquilidade para desenvolver a pesquisa. No entanto, nesse mundo dividido entre aqueles “do asfalto” e os “da comunidade”, não há (suposta) neutralidade científica capaz de encobrir o fato de que este estudante – apesar da “pele morena” e de ser sindicalista e *apoiador* daquelas causas – também era *de fora*.

Como discute Gilberto Velho, “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos” (1980, p.15). Havia, portanto, certas distâncias – culturais, políticas e sociais – entre meus interlocutores e eu naquele contexto etnográfico, embora essas fossem maleáveis, difusas e ambíguas.

Edilaine Gomes e Rachel Menezes (2008) refletiram sobre seus trabalhos de campo envolvendo situações de grande familiaridade, onde a dupla identidade do antropólogo também garantiu fácil acesso ao grupo estudado, mas fez emergir uma série de sentimentos devido à proximidade com o “objeto” pesquisado – “constrangimentos, temores, contentamento, tensão e ambiguidade” (2008, p.19). As percepções do antropólogo sobre as implicações emocionais dessa dupla identidade – “ser” e/ou “estar” de dentro –, segundo as antropólogas, fazem parte do instrumental do pesquisador no desenvolvimento da etnografia (Gomes & Menezes, 2008, p.2).

No caso dessa monografia, a timidez de Cíntia e a sinceridade de Rosângela explicitaram distâncias etnográficas, apesar da proximidade promovida pela condição de estudante/sindicalista. Além disso, embora a familiaridade com coordenadores do MTD tenha facilitado minha entrada em campo, isso não me eximiu de certas preocupações com os impactos da pesquisa para a nossa relação institucional prévia de *confiança política*.

Houve ainda outra oportunidade marcante na pesquisa, quando a presença do antropólogo foi devidamente questionada quanto a sua suposta figura imparcial, neutra e, no limite, invisível –

a distância entre pesquisador e interlocutoras, dessa vez do ponto de vista de gênero, ficou explícita. Nas semanas seguintes à realização da ocupação, o MTD organizou uma reunião de mulheres da Pedreira no galpão da Pátria Livre, situação vista por mim como uma oportunidade interessante de ouvir relatos da comunidade.

Fui até a ocupação no horário marcado para a reunião e, ao encontrar uma das coordenadoras do MTD, fui questionado se ajudaria com a *ciranda* – grupo que cuidaria dos filhos das mulheres enquanto essas estivessem em reunião. Iludido com poderes de invisibilidade que eu sequer tinha, disse que não poderia, pois gostaria de acompanhar a reunião das mulheres. Uma das coordenadoras do MTD não hesitou em me “cortar” de imediato, inclusive de forma jocosa: “só se você se declarar mulher para toda essa mulherada que tá aqui hoje”.

A resposta inesperada para um jovem aprendiz de antropólogo, iludido com supostos dons da autoridade etnográfica (Clifford, 1998), gerou grande constrangimento e me fez ir embora da ocupação – tamanha era a vergonha para lidar com aquela “porta na cara”. Naquele momento, se por acaso eu imaginava ter pleno acesso às instâncias e espaços do movimento, ficou claro o quanto a figura do pesquisador não era neutra – ali sempre estive, além de um sindicalista e apoiador do MTD, um homem heterossexual de classe média.

Consequentemente, nem a experiência nem a atividade interpretativa do pesquisador científico podem ser consideradas inocentes. Toma-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. (Clifford, 1998, p.43)

Reconhecer-me *de fora* e, talvez, não necessariamente bem-vindo em alguns momentos, foi um momento marcante dessa breve experiência etnográfica. Esse pequeno entrave teria causado uma intensa crise em mim por alguns meses entre 2017 e 2018, diante do receio de que a pesquisa pudesse se impossibilitar por uma questão de gênero – especialmente por se tratar de um movimento envolvendo uma base de, em sua grande maioria, mulheres.

As questões de gênero inerentes a esse campo mereceriam um olhar mais atento, mas que fogem aos limites dessa monografia. De qualquer forma, é importante destacar como esse tema está entrelaçado a toda discussão sobre movimentos sociais periféricos e urbanos,

especialmente pelo fato de que as mulheres sempre foram maioria nessas organizações:

As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas. Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais, que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. (Gohn, 2007, p.44)

Entretanto, o protagonismo dessas atrizes políticas – embora explícito na vida cotidiana desses movimentos – está invisibilizado não só pela mídia, pelo Estado e por demais sujeitos políticos em cena, mas também pela academia. Em sua crítica referente à análise sobre movimentos sociais pelas Ciências Sociais, Maria da Glória Gohn (2007) denuncia um olhar genérico masculino sobre espaços protagonizados por essas atrizes (2007, p.65).

Como ocorreu ao longo da elaboração dessa pesquisa, a busca por narrativas de moradores pobres e periféricos sobre suas mobilizações políticas inicialmente estava despreocupada das implicações de gênero nas motivações e ações desses indivíduos e coletividades – tratava-se, no limite, do pressuposto de que esses sujeitos políticos não tivessem gênero. O choque etnográfico promovido pela experiência em campo, entretanto, evidenciou uma realidade onde a questão de gênero não só implicou limites ao acesso pesquisador, como esteve relacionada a significados específicos denotados por essas militantes às suas visões de mundo.

Apesar de críticas² sobre análise dos movimentos sociais do ponto de vista de gênero, a trajetória da Antropologia Brasileira sobre camadas urbanas e periféricas, herança de uma intensa produção acadêmica nos anos de 1980 (Caldeira (1984); Durham (1986)), revelou representações e categorias específicas de mulheres que formavam as bases dessas organizações. Entretanto, Bonetti (2007) avalia que é necessário rediscutir algumas matrizes

2 Segundo Maria da Glória Gohn (2007), nos estudos sobre movimentos sociais emergidos a partir do final da década de 1970, as mulheres não eram destacadas como “atrizes principais” dessas organizações (2007, p.52).

explicativas tratadas como referencial mobilizatório para mulheres pobres de camadas urbanas – como a “maternidade militante” ou “politização da maternidade”³ –, de maneira a não reforçar e produzir uma feminilidade estereotipada e homogeneizante (2007, p.88).

Essa reflexão se mostra importante nessa pesquisa, diante da diversidade nas narrativas e trajetórias das entrevistadas – se a *família* foi uma categoria bastante acionada pelo discurso de Cíntia, essa questão não se mostrou central nas teorizações de Rosângela – a chave explicativa “maternidade militante” torna-se, nesse caso, incapaz de compreender as motivações e entendimentos sobre seu ativismo político.

3.3.1 – Militância Política: Entre a violência do Estado e o refúgio da Igreja

Rosângela: O sonho daquela ocupação começou no meu coração, entendeu assim? Eu vi aquele prédio ali a vida inteira, primeiro eu tentei trabalhar lá, eu não consegui trabalhar lá.

Felipe: Quando tinha empresa lá?

Rosângela: Quando tinha empresa lá, ia ser o meu emprego de carteira assinada, porque eu trabalhei aqui a vida inteira, eu comecei a trabalhar aqui eu tinha 14 anos, trabalhar mesmo com projetos, com tudo. E eu, assim, eu vi aquele prédio ali depois que fechou, eu ficava pensando, “gente do céu, esse negócio tá aí, um tanto de gente de aluguel e tal”. Aí o PAC veio, tirou a minha casa, eu pago aluguel aqui, “nossa gente, tem uma chance pra...”.

(Entrevista com Cíntia, setembro de 2018)

Rosângela, assim como relatado por Cíntia em sua entrevista, também viveu a experiência de ser removida de sua casa por consequência do programa Vila Viva – o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, garantiu os recursos financeiros para execução desse projeto. A militante foi procurada pelos gestores do programa, por se tratar de uma liderança reconhecida no local, para trabalhar na implantação do Vila Viva.

A partir daí, Rosângela contou mais uma longa e terrível história de abusos e violências por parte do Estado. O trabalho de dialogar com os moradores da Pedreira sobre o projeto se revelou, no entanto, uma forma de cooptação de lideranças comunitárias pelo governo

³ Segundo esse princípio, associado a um contexto socio-histórico relacionado a participação política da mulher durante a ditadura civil-militar brasileira, “as mulheres militantes estenderiam à participação política os seus papéis de mães e esposas, reproduzindo-os no campo político, seja em função das temáticas reivindicadas, que muitas vezes estavam associadas ao universo considerado feminino (como demandas por creches, por água, contra o aumento do custo de vida), seja em função do enfrentamento ao regime político em busca dos seus filhos e maridos desaparecidos.” (Bonetti, 2007, p.85)

municipal, de maneira a evitar transtornos no desenvolvimento do programa de urbanização. Rosângela se negou a reter informações do programa para a comunidade e resolveu abrir mão daquele emprego:

Eu falei, “mas vocês me chamaram porque eu sou representante da comunidade, como que eu não vou poder conversar com a comunidade, explicar pra comunidade e falar o quê que realmente é?”. “Não Rosângela, não pode”. Eu pensei, “vocês são doidos” eu rasguei o contrato, “eu não quero nem os meus 15 dias, a minha comunidade eu não vendo não, agora vocês dois, se vocês quiserem ficar aí”, claro que ficaram, “se vocês quiserem ficar aí, eu estou indo”. Rasguei o contrato, joguei em cima da mesa, “gente, pra mim deu, vou continuar com vocês, mas eu preciso saber de tudo pra eu passar pra minha comunidade, eu trabalho pra minha comunidade, não é pra vocês não, dinheiro não me faz não”, e fui embora. (Rosângela, setembro de 2018)

Depois disso, Rosângela foi perseguida e vivenciou seguidas remoções realizadas pela Prefeitura, inclusive em residências de familiares. No final das contas, a militante ficou sem casa e sem indenização, além de ter brigado com seus irmãos pelo fato de sua postura firme diante dos abusos do Estado ter também os prejudicado. As áreas removidas dariam lugar a um conjunto habitacional que, depois de construído, foi local da primeira grande ocupação organizada pelo MTD na Pedreira Prado Lopes (Brasil de Fato, 2013). Rosângela, obviamente, estava lá:

“Tem invasor aqui? Eu não estou invadindo nada, estou ocupando uma coisa que é pra mim, na minha comunidade. Tive que sair da minha casa pra fazer prédio. Isso aqui é de direito nosso” (Rosângela, em entrevista ao Brasil de Fato (2013))

Depois de participar de uma série de mobilizações na Pedreira – ocupação de prédios do Vila Viva (2013) e de uma creche abandonada (2016), além de passeatas contra a violência (2016) e a Reforma da Previdência (2017) –, Rosângela se envolveu no processo que resultou na Ocupação Pátria Livre (2017). No fim de semana após a entrada no prédio desocupado, em minha primeira visita no interior da ocupação, ouvi Rosângela falar em voz alta uma frase que marcou meu trabalho de campo: “O único homem que eu preciso é Deus!”.

Questionada sobre essa frase emitida e como se justifica a prevalência das mulheres em todas essas mobilizações realizadas pelo MTD, Rosângela constrói um raciocínio que articula três

temas aparentemente desconexos: a questão da mulher, a *Igreja* e as eleições:

Rosângela: Então, é isso, sabe, quando a gente entrou pra ocupação, tinha homem, tinha alguns homens sim, mas os homens não deram conta de segurar o “B.O.” sabe, porque aquilo ali era um “B.O.”.

Felipe: Exato.

Rosângela: Quem sabe de ocupação, ainda mais pra gente que nunca nem tinha visto uma ocupação, eu não tinha visto, porque eu estive em duas pra ver como que era, mas aqui ninguém nunca... e assim, na nossa cabeça é invasão, então tinha os homens lá, e os homens um por um não deram conta, eles foram saindo, porque realmente a *luta* não é pra qualquer um não, sabe assim. E a nossa força, se a gente não tem Deus na nossa vida assim, ou se a gente não acredita, quando eu fui pra *Igreja*, se a gente não acredita, se a gente não acredita que tem um seu aí e que ajuda a gente, que pode tirar a gente dessa desgraça toda, a gente senta e a gente quer morrer, entendeu? A gente quer que ó, não tem jeito mesmo não, sabe assim, quando eu fico pro Lula assim, né, eu sei que o Lula foi um pilantra, se quiser até apagar depois você apaga.

Felipe: Não tem problema.

Rosângela: O Lula foi um safado, o Lula foi escroto com a Dilma, o Lula se vendeu pra um monte de cachorro aí, mas o Lula é... eu amo o Lula, entendeu, é um amor e ódio assim danado, dentro de mim. Mas eu fico vendo assim então, o Lula, se a nossa esperança tivesse só no Lula hoje, o que a gente ia fazer? O Lula acabou, e o Lula, se a gente for pensar bem, ele foi a nossa salvação por um tempo, né, assim, a nossa salvação que eu falo assim, foi um cara que preocupou muito com a gente, apesar de se preocupar muito mais com os ricos até pra se manter lá, foi o que eu fiz, eu fiquei na *Igreja* pagando de santa pra me manter aqui, entendeu, tem hora que precisa disso, é isso sabe, se a gente não acredita que tem um Deus acima do Lula, quando o Lula vai preso você morre.

(Entrevista com Rosângela, setembro de 2018)

Rosângela ressalta, por mais uma vez, a importância da *Igreja* para essas mulheres pobres, negras e periféricas, que *lutam* diariamente pela sobrevivência de suas vidas e de suas famílias. Em um contexto de violência estatal e cotidiana – seja por meio de abusos promovidos pela polícia, seja pelas violações e negações de direitos por parte dos governos – a *Igreja* não serviu apenas para livrar Rosângela da fome, do estupro, da prostituição ou do crime, mas também para garantir certo conforto espiritual para lidar com uma vida de tantas provações.

Apesar de suas críticas ao ex-presidente Lula, vivenciar uma conjuntura em que a maior liderança popular da história brasileira recente está presa seria, para Rosângela, motivo para perder esperanças e buscar “afago” na *Igreja*. Entretanto, Rosângela admite que os ganhos promovidos aos mais pobres durante os governos do petista colocaram em cheque o poder de líderes evangélicos sobre seu “rebanho”:

E eu acho que é isso que as pessoas buscam na *Igreja*, sabe, quando eu vejo tanta gente na *Igreja*, tanta gente na *Igreja*, assim, cada dia mais a Pedreira tá virando evangélica, cada dia mais tem mais gente nas igrejas é buscando exatamente isso, sabe, essa afago, essa coisa. Aí vem o Lula, que te dá mais do que você sentar em uma igreja e ouvir músicas que afaga o seu coração, sabe, ele te dá chance e oportunidade e visão de que olha, eu posso, eu posso com assalto, eu posso vender, eu posso ganhar dinheiro, pouco, não é tanto quanto os ricos lá não, mas eu posso colocar o meu menino na faculdade, ele começa a questionar aquele Deus que o pastor prega, e quando ele questiona aquele Deus que o pastor tá pregando, aquele Deus que você tem que ficar na igreja orando, dando o seu tudo, é sempre assim, dá o seu tudo, “ah, mas eu só tenho o dinheiro do aluguel”, “mas um pacto com Deus aqui que você vai ver se você não melhorar, pega o dinheiro do seu aluguel”, eu já vi gente sendo despejado porque já deu o seu tudo, “eu estou esperando, porque na hora certa Deus vai me dar o negócio certo, alguma coisa melhor”, entendeu? Então é aquilo que você tem pra se agarrar, e quando vem esse cara aí, esse Lula que te dá chance de te ver, não, opa, o dinheiro do seu aluguel é sagrado, você tá trabalhando, você tá suando, o pastor quer viver luxo, ele vai trabalhar também, a pessoa começa a ter umas visões sabe, ele vai pra escola, ele começa abrir a visão dele, a tirar a viseira, o pastor tem mesmo que ir pro público e acabar com a vida do Lula e qualquer um, qualquer um que vai dar a visão pra aquela ovelha dela. (Rosângela, setembro de 2018)

Naquele período de campanha eleitoral, uma grande quantidade de importantes lideranças evangélicas – a maioria deles, ferrenhos antipetistas – havia declarado apoio à candidatura de Jair Bolsonaro (Folha de São Paulo, 2018). Rosângela, uma evangélica assumidamente de esquerda, diz que, antes mesmo desse período de intensa polarização política entre militantes de esquerda e evangélicos, sempre foi taxada como “rebelde” pela *Igreja*.

É muito difícil, é muito difícil. E eu me manter nos movimentos e me manter na luta na *Igreja*, não foi fácil, foi mais difícil até do que fazer parte desse povo lá fora, entendeu? A *Igreja*, ela, eu trabalhei nesse creche aqui 20 anos, no Dorcas, e eu me lembro que a primeira vez que o Lula se candidatou ia ser o meu primeiro voto, e eu estava toda assim, “nossa, o Lula, que não sei o que”, aí a minha chefe me levou pra uma salinha e falou comigo, “Rosângela, você sabe que você tá pecando, né?”, aí eu falei, “o quê que eu fiz?”. Aí ela falou, “você vai votar em um homem que só falta comer criancinha, o homem é comunista, o homem é não sei o que”, eu

falei, “mas tudo o que ele fala é o que eu penso, pastora”. Aí ela falou comigo assim, ela chorou, eu fiquei tão em dúvida, porque eu era só uma adolescente, sabe assim, e ela falava comigo tão assim, “você vai pedir perdão pro Senhor, Rosângela, você vai se arrepender, o Senhor vai cobrar isso de você e tal”, mas eu banquei aquilo e votei o Lula, mas sabe quando você vota com o coração assim, parecia que ia explodir, até na hora lá assim de pôr o meu voto lá eu ficava assim, “Deus do céu, Deus!”, mas é o que o meu coração quer e a Bíblia fala, segue o seu coração, seja o que Deus quiser e votei no Lula, entendeu? (Rosângela, setembro de 2018)

As dimensões políticas e religiosas da vida cotidiana, portanto, confundem-se. Não é nosso objetivo avaliar o quanto a religião pode “determinar” o voto em uma eleição, mas parece claro que o debate sobre escolhas político-partidárias de Rosângela foi influenciado por um sistema de valores não dissociados de suas crenças religiosas. Como discute Henriques (1999), em seu estudo sobre as articulações entre o político e o religioso em segmentos populares de Fortaleza, a religião – ou especificamente, a Bíblia – se revelou como uma grande referência ética para pensar a sociedade e a política (Henriques, 1999, p.14).

Entretanto, como entende Henriques (1999, p.14), a interpretação da Bíblia não se restringe àquela mediada pelo líder religioso, mas se diversifica pelas leituras individuais – influenciadas por trajetórias e realidades individuais – e por diversas outras confissões religiosas. O exemplo de Rosângela é categórico: embora discorde do discurso político de pastores de sua igreja, segue enaltecendo sua fé na crença evangélica e, inclusive, usa de suas próprias interpretações da “palavra” para contrapor argumentos e ataques vindos da *Igreja* sobre suas posições e mobilizações políticas.

Na construção da Caminhada da Paz em 2016, passeata organizada pelo MTD e a associação de bairro pelo fim da violência na Pedreira, Rosângela tentou envolver a região na mobilização daquele protesto. Diante da negativa de lideranças religiosas em promover a manifestação política, Rosângela não poupou críticas à postura desses pastores:

Aí fiz a reunião dentro da Igreja Batista lá embaixo, aí todo mundo foi, alguns dessa igreja foi escondido, porque o pastor não deixa, foi. E no dia da caminha da paz, é isso, entendeu, tinha gente demais na Caminhada pela Paz, foi muito bonito assim, e eu com a minha garganta eu faço estrago, eu parava na frente das igrejas na hora do culto, “põe Jesus pra fora, vocês estão prendendo Jesus na igreja, o que é oração? Orar com ação, que ação que tem ficar dentro da igreja trancado, seus filhos estão morrendo aqui fora e o pastor prende vocês aí dentro”, e todo mundo, “Rosângela, você não é crente?”. “Eu tenho compromisso com Deus, eu tenho

compromisso com o Senhor Deus, eu não tenho compromisso com parede, com homem não que come feijão e peida que nem eu mesma não, sabe?”. Eles podem até em primeiro momento escandalizar, mas depois eles sabem assim, e não pode ser com violência. Antes de fazer isso, de ir lá, de gritar na porta da igreja, então, as pessoas viram que eu fui conversar, as pessoas viram o quê que eu queria fazer, então não adianta ir a ferro e fogo. Em favela, *Igreja*, muito mais que trabalhar com quem parece que não entende bem as coisas, você tem que usar a inteligência, porque senão esses caras te engolem, a *Igreja* te engole. (Rosângela, setembro de 2018)

Apesar do diagnóstico de Rosângela sobre a grande quantidade de evangélicos na Pedreira, a militante tinha boas perspectivas para as eleições presidenciais, especialmente entre aqueles que “não estão no radicalismo” da *Igreja*.

A perspectiva é boa, sabe assim, as pessoas elas reconhecem quem foi o Lula, quem foi a Dilma, sabe assim, Haddad tá começando agora, eu acho que demorou muito, mas eu tenho aqui na Pedreira assim, né, eu tenho visto que o *povo* não vai trair o Lula não, não vai. Todo mundo assim que eu falo, que eu vejo assim, pelo menos as pessoas que eu trabalhei muito assim, e tive um grupo de jovens que chamava Mobilização da Juventude, eram uns 70 jovens, e a gente fazia muito trabalho, sabe assim, nessa época da política, do Vila Viva, de tudo, e esses meninos são bem conscientes, sabe assim, e eu vejo que a grande maioria aqui é Lula, é Lula que eu falo assim, tem esse respeito pelo Lula e não acha que ele é ladrão, sabe, e os que acham, acham assim, “ele roubou, mas deu pra nós também”, pensamento errado, né, mas que segura a nossa esquerda, né. (Rosângela, setembro de 2018)

Rosângela reconheceu as dificuldades para o sucesso de seu candidato – Fernando Haddad (PT) – no processo eleitoral. Além do tempo curto de campanha, devido à demora em definir o substituto de Lula na corrida eleitoral, Rosângela teme que o “povão” não se identifique com Haddad como se identificava com Lula ou Dilma. Segundo a militante, faltava “agressividade” da ex-presidente no discurso de Haddad – “(...) a gente gosta disso, sabe, o favelado, o pobre, o que *luta*, você *luta*, a gente gosta disso, sabe. (...) não pode mostrar fragilidade, medo, que não passa credibilidade” (Rosângela, 2018).

A “agressividade” atribuída a Dilma Rousseff, segundo Rosângela, foi também necessária para construir sua credibilidade como liderança comunitária na Pedreira. A exaltação da figura feminina forte e resistente, de posições firmes, é recorrente ao longo da entrevista e é justificada pela *luta* cotidiana de ser mulher. Ao contrário dos homens, que “já tem direito demais”, as mulheres tem de “fazer valer aquilo que é dela por direito” (Rosângela, 2018).

Portanto, até por estar acostumada com essa realidade de desafios, desigualdades e privações, a mulher é muito mais forte que o homem – que não dá conta de “segurar o B.O.” (Rosângela, 2018).

Em sua pesquisa envolvendo ativistas das camadas urbanas de baixa renda porto-alegrenses, a antropóloga Alinne Bonetti (2000) encontrou semelhante associação desses grupos a atributos culturalmente definidos como masculinos. Termos como “força”, “luta”, “briga”, “bater”, “dar pau”, foram utilizados por essas mulheres para descrever suas práticas políticas (Bonetti, 2000 *apud* Bonetti, 2007, p.108). Essas realidades etnográficas rechaçam, portanto, certo ideal de uma política supostamente feita no feminino – restrito a valores como abnegação, altruísmo, cuidado e cooperação (Bonetti, 2000 *apud* Bonetti, 2007, p.108).

Antes mesmo de se iniciar essa entrevista, aquela mulher guerreira, de posições tão fortes, tentava convencer mais um de seus vários ex-alunos, que naquele momento idolatravam a figura do “Mito”. A poucas semanas do veredito das eleições presidenciais de 2018, Rosângela reconhecia que existiam muitos ferrenhos defensores de Bolsonaro na Pedreira. A articulação das dimensões religiosa e política da vida cotidiana, entretanto, justificariam o comportamento daqueles jovens – a mesma *Igreja* que não conseguiu evitar que ela votasse no Lula no passado, agora parece ter tido sucesso em convencer os meninos para uma ideia: Bolsonaro é “de Deus”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados três anos de desenvolvimento dessa monografia, concluo o processo de “Escrever” após “Olhar” e “Ouvir” moradoras da Pedreira Prado Lopes, organizadas no Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), em um constante processo de *luta*. O objetivo de tratar das narrativas dessas mulheres – negras, pobres e periféricas – sobre suas próprias mobilizações políticas, permeou uma pesquisa de intensos e dramáticos contextos etnográficos, possibilitando o acesso a uma série de percepções desses grupos sobre o que entendem e vivem como *política*.

A experiência etnográfica, em especial aquela envolvendo a gênese da Ocupação Pátria Livre, promoveu uma série de encontros – emocionais, políticos e epistemológicos. Vivenciar momentos de tensão, angústia, alegria e medo – no olho de um furacão de afetos – possibilitou o confronto entre concepções políticas e antropológicas *minhas* e dos *outros*. Compartilhar e viver o ritual político de ocupar as ruas e um prédio abandonado, à minha forma, fez com que eu refletisse na “diferença” (Peirano, 2000, p.23) entre nossas expectativas e engajamentos – Por que elas se mobilizam daquela forma? Por que elas se submetem a tantos riscos? Por que(m) elas resistem? Por que elas ocupam?

Passado o vendaval de afetos possibilitados pela experiência revolucionária de etnografar ocupações políticas, tive a oportunidade de “Ouvir” (Oliveira, 1988) o que essas bravas guerreiras, envolvidas em sua *luta* diária por direitos, tinham a dizer sobre tudo aquilo. Ainda envolvido com uma série de reflexões teóricas, metodológicas e políticas após aquela catarse etnográfica, retornar ao campo e entrevistar Cíntia e Rosângela possibilitou a abertura de novos horizontes para a pesquisa.

Suas visões e expectativas envolvendo aquelas mobilizações políticas, a partir de suas trajetórias individuais de vida, explicitavam concepções específicas sobre a *política* como ela é vivida: os desafios da mobilização e organização da população periférica pela garantia de direitos, a construção e manutenção de uma ocupação urbana, a convivência com a violência cotidiana e negações de direitos por parte do Estado, as expectativas quanto às disputas eleitorais, etc.

As memórias, balanços e expectativas de Cíntia e Rosângela em relação ao contexto político brasileiro, portanto, foram elaboradas não somente a partir da reflexão sobre suas organizações e *lutas* políticas, mas também levando em conta o entendimento sobre o quanto algumas dimensões da vida cotidiana – em especial a *família* e a *Igreja* – são elementos centrais na vida dessas pessoas.

Os estudos da chamada antropologia *da* política (Kuschnir, 2007a) – especialmente os trabalhos de Chaves (2000) e Comerford (1999b) – e as pesquisas de antropologia urbana nas periferias de São Paulo na década de 1980 – com destaque para os trabalhos de Eunice Durham (1986) e Teresa Pires do Rio Caldeira (1984) – destacaram-se como as principais referências teórico-metodológicas para esse trabalho. Essas escolas do pensamento antropológico brasileiro – que desenvolveram pesquisas envolvendo antecedentes históricos da formação do MTD, como o MST e as associações de moradores de vilas e bairros de periferia – privilegiaram as visões de mundo de pessoas comuns sobre o que entendem e vivem como *política*.

Essa monografia, entretanto, na expectativa de compreender quais seriam as narrativas de mulheres da Pedreira sobre suas mobilizações políticas, teve limites. O trabalho de campo poderia ser mais intenso e prolongado, de maneira a possibilitar um melhor acompanhamento do dia a dia da Ocupação Pátria Livre, assim como participar de reuniões de negociação com instâncias do Estado e obter uma melhor percepção sobre as concepções por parte dos *meninos* da coordenação do MTD. Da mesma forma, a questão de gênero merecia um olhar mais cuidadoso, já que esse tema está umbilicalmente relacionado com a forma como essas atrizes políticas pensam e vivem seus ativismos.

É importante destacar que todo o processo de “Olhar, Ouvir e Escrever” (Oliveira, 1988) dessa pesquisa foi permeado por um contexto político de aprofundamento da crise social e econômica no país. Em 2017, quando estive envolvido em intensas e dramáticas experiências etnográficas, vivíamos um período pós-golpe, com a intensificação de uma agenda de retirada de direitos sociais por parte do governo golpista de Michel Temer (MDB). Em 2018, depois de completado um ano da Ocupação Pátria Livre, entrevistei duas moradoras e militantes da Pedreira, sob o clima tenso e polarizado de uma eleição de resultados imprevisíveis.

Na semana das entrevistas, vivenciamos o violento atentado contra o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) e a oficialização de Fernando Haddad (PT) como candidato à presidência, em substituição ao primeiro colocado das pesquisas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva – maior liderança popular da história recente brasileira, preso em abril de 2018 após um longo processo de perseguição política e jurídica. O processo de conclusão da escrita, portanto, deu-se justamente frente a uma realidade política ainda mais tensa e preocupante: a ascensão e vitória eleitoral de Bolsonaro.

Talvez um dos principais choques promovidos pelo “encontro etnográfico” (Oliveira, 1988) seja a minha perplexidade diante da capacidade e disposição de *luta* dessas mulheres perante condições tão adversas – seja por transgredir contra um aparato jurídico e policial do Estado, seja por vivenciar um contexto político mais amplo tão desfavorável para suas demandas e mobilizações políticas. Mesmo diante de um quadro de escalada de repressão sobre os movimentos sociais, o MTD organizou uma série de ações concretas nos últimos anos: a ocupação de prédios do programa Vila Viva, a ocupação de uma creche desativada, a passeata em via pública na “Greve Geral”, a “Caminhada pela Paz” pelas ruas da Pedreira e a ocupação de um prédio abandonado no mesmo bairro – a Ocupação Pátria Livre.

Os sentidos em torno da categoria *luta* nos ajudaram a compreender sobre como essas pessoas, mesmo diante de tantos obstáculos, não hesitam em *lutar*. Primeiramente, a *luta* diária pela sobrevivência se confunde com a trajetória de mulheres como Cíntia e Rosângela, motivadas por *sonhos* de uma vida digna para sua comunidade e, especialmente, para suas *famílias*. Além disso, a categoria *luta* está associada a uma noção específica de cidadania – os mais pobres e periféricos têm seus *direitos*, mas devem *lutar* para “fazer valer”.

Dentre essas *lutas*, Rosângela revelou uma clara divisão entre aquelas *de dentro* – as *lutas* corriqueiras e cotidianas, para “fazer valer” os *direitos* no interior da comunidade – e *de fora* – as *lutas* mais amplas, em torno de pautas e demandas que envolvem toda a população mais pobre. Essa dualidade se estende, no entanto, a uma oposição ainda mais ampla, explicitada por ambas as entrevistas, que distingue as pessoas entre os *de dentro* e aqueles *de fora*. Diante desse quadro, influenciado por uma longa história de descaso, traição e exclusão por parte do *governo*, dos *políticos* e de outras organizações, justificou-se certa resistência inicial com os *meninos* do MTD – jovens militantes políticos e coordenadores do movimento, oriundos *de fora, do asfalto*.

Reconhecer e refletir sobre essas distâncias etnográficas foi um momento marcante dessa breve experiência etnográfica. Em alguns momentos, essa distância se encurtou, especialmente pela condição de sindicalista e militante de esquerda, apoiador do MTD; em outros, essa distância se alongou, seja pelas diferenças de condições socioeconômicas, seja pela questão de gênero.

Com o passar do tempo e da pesquisa, entretanto, ficou claro que as distâncias culturais percebidas em campo – socioeconômicas, culturais, políticas, de gênero – não são nem intransponíveis, nem fixas, já que as identidades envolvidas são “múltiplas, negociáveis, ambíguas” (Gomes & Menezes, 2008, p.19). Se os limites do trabalho etnográfico se dão pelas negociações e trocas com interlocutores em campo, é também papel do antropólogo trazer sentimentos, “portas na cara” e “saias justas” desencadeadas por esse processo para a reflexão antropológica.

Ao longo da pesquisa, meus interlocutores não desvincularam minha condição de sindicalista com a de estudante – apesar da “pele morena”, como disse Rosângela, tratava-se de mais um *menino de fora*. Entretanto, ao concluir esse processo epistemológico da escrita antropológica, percebo que, em nenhum momento da pesquisa, vivenciei essa distinção. Diante das ações e discursos políticos de mulheres pobres, negras, periféricas de um país em crise, refleti sobre minhas próprias categorias – como antropólogo, sindicalista, homem, negro e militante de esquerda. No limite, discutir como essas pessoas pensam e vivem a *política* – perante a experiência etnográfica – é refletir como *eu e nós* pensamos, vivemos e definimos a *política*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Elaine Regina Aguiar (2013). Neoliberalismo, desemprego e lutas sociais: uma análise sobre a origem e a trajetória de um movimento de desempregados brasileiro nos anos 2000. In: 11 Congreso Nacional de Estudios del Trabajo 'El mundo del trabajo en discusión. Avances y temas pendientes', 2013, Buenos Aires. 'El mundo del trabajo en discusión. Avances y temas pendientes', 2013. p. 1-16.

BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. n.11, pp.89-117.

BONETTI, Alinne de Lima (2000). Entre feministas e ‘mulheristas’: Uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia Social]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

_____ (2007). Para além da “maternidade militante”: Ativismo de mulheres de base no campo político feminista contemporâneo. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM, Porto Alegre. VII Reunião de Antropologia do Mercosul – Desafios Antropológicos.

BRASIL DE FATO (2013). Famílias ocupam prédio em comunidade de BH e denunciam programa habitacional. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/13181/>>; Acesso em 01 de abril de 2019.

_____ (2015). MTD reafirma compromisso com a luta urbana. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/31958/>>; Acesso em 20 de junho de 2018.

_____ (2016). Movimentos conquistam creche na PPL. Publicado em 10 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/10/movimentos-conquistam-creche-na-ppl/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

_____ (2017). Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>; Acesso em 10 de julho de 2017.

BITTENCOURT, Rafael Reis (2016). Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1984). A Política dos Outros – O Cotidiano dos Moradores da Periferia e O Que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo: Brasiliense

_____ (1988). A Presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia. Revista Novos Estudos, n. 21, Julho de 1988, p. 133-157.

CHAVES, Christine de Alencar (2000). A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

_____ (2002). A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político in PEIRANO, Mariza. O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais. in O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumara: NuAP/ UFRJ.

CÍNTIA. Entrevista 1. (2018). Entrevistador: Felipe Pinheiro Martins de Paiva. Belo Horizonte, setembro de 2018.

CLIFFORD, James (1998). Sobre a autoridade etnográfica. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

COMERFORD, John Cunha (1999a). Ocupando – Estudo sobre ocupações de órgãos públicos por trabalhadores rurais. In Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da

Política.

_____ (1999b). *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB (2017). *Grito dos Excluídos: “por direito e democracia, a luta é todo dia!”*. Publicado em 01 de Setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/13181/>>; Acesso em 01 de dezembro de 2017.

DAGNINO, Evelina (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. IN: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, pp.103-118.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (2008). *El estado y sus márgenes: etnografias comparadas*. Cuadernos de Antropologia Social, Buenos Aires, v. 27, p. 19-52.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. (2010). *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PPGAS-USP.

DOIMO, Ana Maria (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 352 páginas.

DURHAM, Eunice Ribeiro (1982). "Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil". *Revista de Antropologia*, vol. 25, São Paulo, 1982.

_____ (1984). *Movimentos Sociais: a construção da cidadania*. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 10, CEBRAP, São Paulo, 1984.

_____ (1986). *A Sociedade vista da periferia*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 1:84-99, 1986.

FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161.

FERRARI LIMA, Júnia Maria (2009). Bairro Concórdia em Belo Horizonte: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? Dissertação (Mestrado em Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. 159 p.

FIGUEIREDO FILHO, Carolina Barbosa Gomes (2013). Desemprego e organização dos trabalhadores desempregados no Brasil: as políticas da CUT-SP e do MST-SP durante os governos Lula. 192 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

FILADELFO, Carlos (2014). Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA , v. 36, p. 149-178, 2014.

_____ (2015). A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) – Universidade de São Paulo).

FOLHA DE SÃO PAULO (2018). Antipetismo joga maiores líderes evangélicos do Brasil no colo de Bolsonaro. Publicado em 3 de outubro de 2018 . Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/antipetismo-joga-maiores-lideres-evangelicos-do-brasil-no-colo-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 01 de abril de 2019.

FONSECA, Claudia (2010). O anonimato e o texto etnográfico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta (orgs.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p.205-226.

FRY, Peter (2011). Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 1-13.

GUIMARÃES, Berenice Martins (1991). Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

GOLDMAN, Márcio (2006). Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, 368p.

GOMES, Edilaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart (2008). Etnografias possíveis: "estar" ou "ser" de dentro. *Ponto Urbe (USP)*, v.1, p.1-13. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/pontourbe03/Gomes&Menezesa.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

HENRIQUES, Júlia Maria Pereira de Miranda (1999). Carisma, sociedade e política – novas linguagens do religioso e do político. São Paulo: Relume Dumará.

KUSCHNIR, Karina (2007a). *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.

_____ (2007b). *Antropologia e Política*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, junho de 2007. [p.63-67] Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (1992). Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista De Antropologia*, 35, 191-203.

_____ (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29.

_____ (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009

_____ (2012) Entrevista: A etnografia é um método, não uma

mera ferramenta de pesquisa... que se pode usar de qualquer maneira. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 169 – 178

MOTTA, Luana Dias (2012). Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, V. 13, N. 19, out. 2012, p. 126-146.

MTD e MOTU BRASIL (2018). [página oficial] Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MTDMOTUUnacional/>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

OCUPAÇÃO PÁTRIA LIVRE (2017). [Postagem em página oficial] Facebook. 7 de Setembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/MTDMOTU/photos/a.1607331542895227.1073741828.1607326649562383/1713938332234547/?type=3&theater>. Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1998). Olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, Samuel Rodrigues de (2007). As passeatas do movimento de favelas de Belo Horizonte: a instituição da ação coletiva (1961-1964). In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo (RS). *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Unisinos.

_____ (2009). O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980). *Revista Temporalidades*, Vol. 1 N.1 (jan./jul. 2009). Belo Horizonte: UFMG.

_____ (2011). Política urbana e movimento de favelas em Belo Horizonte (1947-1964). *Saeculum – Revista de História*, n. 24, p. 39-54.

_____ (2013). A identificação das favelas em Belo Horizonte. In: *XVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN.

_____ (2014). Os “trabalhadores favelados”: o processo de identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 2014. 333 fls. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro.

PEIRANO, Mariza (1995). A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____ (1998a). Antropologia política, ciência política e antropologia da política, in Três Ensaio Breves. Brasília, UnB, “Série Antropologia”, n. 230, pp. 17-29.

_____ (1998b). Uma Antropologia da Política: Rituais, Representação e Violência. Cadernos do NuAP 1, Rio de Janeiro, Nau Editora.

_____ (2000). A análise antropológica de rituais. Série Antropologia 270. Brasília, UnB: 30 pp.

_____ (2002b). A análise antropológica de rituais in O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumara: NuAP/ UFRJ.

_____ (2002c) Apontamentos sobre rituais, eventos e política. ANPOCS/2002. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4502&Itemid=317. Acessado em: 7 jan. 2016.

_____ (2008). Etnografia, ou a teoria vivida. Revista PontoUrbe, 2.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia (2013). Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavivual, 2013.304 p.

ROSÂNGELA. Entrevista 2. (2018). Entrevistador: Felipe Pinheiro Martins de Paiva. Belo Horizonte, setembro de 2018.

SARTI, Cynthia Andersen (2003 [1996]). A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres (2a ed. rev.) São Paulo: Cortez.

SOMARRIBA, Maria das Mercês; VALADARES, Maria Gezica, AFONSO, Mariza Rezende (1984). Lutas Urbanas em Belo Horizonte. Petrópolis: Vozes, 1984.

VELHO, Gilberto (1980). O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (Org.). O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus.

THOMASSEN, Bjørn (2008). What Kind of Political Anthropology? International Political Anthropology Vol. 1, No. 2, p. 263-274. [Tradução para uso didático por Leandro de Oliveira. Belo Horizonte, UFMG, 2017, mimeo].

ZALUAR, Alba (1986). Teoria e prática do trabalho de campo: Alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. (Ed.). A aventura antropológica - teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

6. ANEXOS

Anexo I – Roteiro de perguntas para entrevistas

- Apresentação: Qual é seu nome? Quantos anos você tem? Quantos filhos você tem?
Você já era moradora da Pedreira Prado Lopes?
- Você já se mobilizou em alguma atividade ou organização política anteriormente?
- Como conheceu o MTD?
- Como surgiu a ideia da ocupação?
- Como foi o dia da ocupação?
- Como está sendo o dia a dia da ocupação?
- O que as pessoas da comunidade pensam da ocupação?
- Como você enxerga o atual momento político?
- Quais são as perspectivas para o futuro – no sentido estrito, para a ocupação e os militantes do MTD; no sentido amplo, para a sociedade brasileira?